



Universidade do Minho
Instituto de Educação

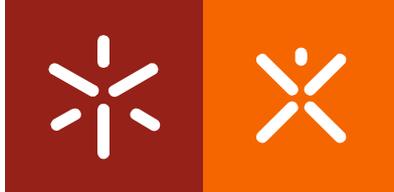
SARA FILIPA MATOS DIAS

**MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO:
ESTUDO DA PERCEÇÃO DAS MEDIDAS E
DA RESILIÊNCIA DOS PAIS BIOLÓGICOS**

UMinho | 2018 SARA DIAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO: ESTUDO DA PERCEÇÃO DAS MEDIDAS E DA RESILIÊNCIA DOS PAIS BIOLÓGICOS

UMinho | 2018

Janeiro 2018



Universidade do Minho

Instituto de Educação

SARA FILIPA MATOS DIAS

**MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO:
ESTUDO DA PERCEÇÃO DAS MEDIDAS E
DA RESILIÊNCIA DOS PAIS BIOLÓGICOS**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Estudos da Criança

Área de Especialização em Intervenção

Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho desenvolvido sob a orientação da

Professora Doutora Ana Maria Tomás de Almeida

Declaração

Nome	Sara Filipa Matos Dias
Endereço eletrónico	saradias24@gmail.com
Telefone	963793054
Número do cartão de cidadão	14574075 7ZY9
Título da dissertação	Medidas de promoção e proteção: Estudo da perceção das medidas e da resiliência dos pais biológicos
Orientador	Professora Doutora Ana Maria Tomás de Almeida
Ano de conclusão	2018
Designação do Mestrado	Mestrado em Estudos da Criança – Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

A família é como a varíola: a gente tem quando criança e fica marcado para toda a vida.

Jean Paul Sartre

Agradecimentos

Se “uma vida sem desafios não vale a pena ser vivida” (Sócrates), este desafio, agora vivido e superado, deve-se em primeiro lugar aos pais que aceitaram colaborar neste estudo, aos quais agradeço a confiança, disponibilidade e partilha dos seus desafios.

Agradeço a todas as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental que demonstraram interesse e apoiaram a realização deste estudo, especialmente aos técnicos com os quais tive a oportunidade de contactar e pelos quais demonstro apreço e valorização pela sua dedicação em prol da promoção dos direitos e proteção das crianças e das suas famílias.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Ana Maria Tomás de Almeida, que me guiou ao longo deste desafio com apoio, incentivo, orientação, conhecimento e sabedoria, admirando-lhe a dedicação no trabalho e estudo para, sobre e com as famílias.

Um especial agradecimento à Silvana, que ao longo deste percurso foi surgindo como um apoio fundamental, estando-lhe grata pelas sugestões e, sobretudo, pela amizade.

Agradeço, ainda, o apoio das colegas do mestrado, companheiras desta jornada, em que todas aprendemos e, acima de tudo, crescemos enquanto pessoas e profissionais, tenho a certeza. Guardo-lhes o carinho, incentivo e amizade.

Fundamental e inigualável foi o apoio da minha família, que sendo a base de partida para cada aventura e o porto seguro para cada chegada, são quem me incentiva e são força para seguir os meus sonhos e trilhar os desafios da vida.

Às minhas amigas de há algum tempo e, outras de já há muito tempo, pela amizade e presença, fazendo valer a máxima de que “com amigos, o mesmo caminho é mais curto” (Alice Ruiz) e, com certeza, mais divertido.

Resumo

A aplicação de uma medida de promoção e proteção que implica a retirada da criança ou jovem leva a que a família seja confrontada com uma situação nova, que a desafia enquanto unidade funcional e aos seus elementos a nível individual. Perante a adversidade, a capacidade resiliente dos pais, nomeadamente à sua capacidade de mobilizar os seus recursos internos e externos é ativada de forma a lhes dar resposta. Por outro lado, pensando-se no regresso da criança a casa, a família deve ser trabalhada no sentido de ser alcançada a reunificação familiar. A participação e colaboração dos pais são processos chave para o envolvimento das famílias e a falta destes é frequentemente apontada como obstáculo à intervenção e o eventual sucesso da reunificação familiar. Desta forma, o nosso objetivo é dar voz aos pais, através do estudo da perceção das medidas dos pais biológicos e avaliar a sua resiliência individual.

A amostra é constituída por 15 pais de crianças acompanhadas por CPCJ's e CAFAP's da região norte do país, a quem estava aplicada uma medida de promoção que levou à saída da criança de casa, com os quais se realizaram entrevistas semiestruturadas e a aplicação do questionário RRC-ARM-28 que avalia a resiliência individual em adultos.

Os resultados sugerem que a comunicação da medida é essencial para a perceção que os pais fazem do conteúdo da medida assim como para o reconhecimento dos motivos apontados e expectativas relativas à sua duração e legitimidade. Outros processos chave para as vivências da separação dos filhos são os sentimentos de perda, a perceção das mudanças e mais uma vez as expectativas acerca da reunificação. Para estas contribuem a relação com os técnicos, as expressões de afeto e empatia e suporte instrumental e emocional. A identificação de mudanças, as crenças e expectativas positivas nas capacidades e recursos dos filhos e da família, a consciência das dificuldades, apoio percebido na rede formal e informal, e a referência a uma maior necessidade de serem envolvidos nas decisões constituem processos adaptativos de resiliência. Ao apoio a outros pais, como resultado de um processo de empoderamento e participação social, é reconhecida alguma importância e revelada abertura para a participação em grupos de pais.

No conjunto, os dados evidenciam a importância da comunicação da medida como uma primeira etapa do processo de reunificação, tida como fundamental para a participação e colaboração na intervenção, a que acrescem os aspetos relacionais e o envolvimento dos pais com ênfase no fortalecimento das competências e dignidade das funções parentais.

Palavras-chave: medidas de promoção e proteção; pais biológicos; resiliência individual; reunificação familiar

Abstract

The application of a child protection measure that implies the withdrawal of a child makes the family to be confronted with a new situation, in which is challenged as functional unit and at an individual level. Towards the adversity, the parents' resilience capacity, concerning the capacity in mobilize their internal and external resources, is activated to face them. Otherwise, thinking about the child returning home, the family must be involved in order to achieve family reunification. Parents' participation and collaboration are key processes to families' engagement and their absence is often referenced as a barrier to intervention and to the success of family reunification. Thus, our aim is to give voice to the parents, through the study of biological parents' perception about child protection measures and to assess their individual resilience.

The sample is composed by 15 parents of children followed by the Child Protection System in northern Portugal and who was applied a measure that lead to the withdrawal of the child. Parents participated in semi structured interviews and answer to RRC-ARM-28, which evaluates individual resilience in adults.

Our results suggest that parents' perception of child protection measures relates to aspects linked with measure content, the motives pointed to withdrawal, predictability, recognition of legitimacy and measure expected duration, during measure communication; and the experience of loss, changes and reunification expectations, after measure application. Quality of relationship with professionals, in terms of affections and empathy, and instrumental and emotional support, is also referred as important. Identification of changes, beliefs and positive expectations about children and the family's capacities and resources, awareness of difficulties, perceived support in formal and informal network, and the need to be involved in decisions, constitute adaptive processes of resilience. Support to other parents, as result of an empowerment process and social participation, is seen as relevant and some parents show openness to participation in groups of parents.

We conclude that measure communication is one of the first stages of the reunification process and deemed as essential to the participation and collaboration at intervention, in which is mandatory the work to strengthen parental skills through their involvement and consideration of their needs, only possible when dignifying parental roles.

Keywords: child protection measures; birth parents; resilience; family reunification

Índice de conteúdos

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vii
Abstract.....	ix
Índice de conteúdos.....	x
Lista de abreviaturas	xiii
Índice de figuras	xiv
Índice de quadros.....	xiv
Introdução.....	1
I. Enquadramento teórico-conceptual	3
1. As medidas de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens.....	4
1.1. Tipologia das medidas e a sua contextualização na lei, nas políticas e na prática....	5
1.2. A perspetiva dos pais sobre o sistema de proteção de crianças e jovens.....	8
1.3. A decisão pela aplicação de uma medida que leva à saída da criança	10
1.4. Da aplicação da medida à reunificação familiar: a vivência da medida pela família e os fatores preponderantes para a reunificação.....	12
2. Resiliência individual, resiliência familiar e reunificação familiar	15
3. O presente estudo	20
II. Metodologia do estudo.....	23
1. Tipologia do estudo.....	23
2. Objetivos e hipóteses de investigação.....	23
3. Amostra	25
3.1. Critérios para o recrutamento da amostra	25
3.2. Caracterização da amostra	26
4. Instrumentos	29
4.1. Entrevista semiestruturada	29
4.2. Questionário RRC-ARM	29
5. Procedimentos	31
6. Considerações éticas	32
III. Apresentação dos resultados	33
1. Resultados da análise das entrevistas	33
1.1. Comunicação da medida	35

1.2. Vivências da separação.....	38
1.3. Qualidade da relação com os técnicos	40
1.4. Processos adaptativos de resiliência	42
1.5. Processos de empoderamento e participação social.....	45
2. Resultados da escala de resiliência individual do RRC-ARM-28.....	47
IV. Discussão dos resultados.....	53
V. Conclusões e considerações finais	61
Referências bibliográficas.....	63
Anexo A – Guião da entrevista semiestruturada	69
Anexo B – Questionário ARM-28	73
Anexo C – Termo de consentimento informado dos pais.....	81
Anexo D – Parecer da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho	83

Lista de abreviaturas

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ

Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens – CNPDPCJ

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – CAFAP

Adult Resilience Measure do The Resilience Research Centre – RRC-ARM

Resilience Research Centre – RRC

Child and Youth Resilience Measure – CYRM

International Resilience Project – IRP

Caracterização Anual da Situação de Acolhimento – CASA

Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS

Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais – EMAT

Comissão Restrita – CR

Processo de promoção e proteção – PPP

Ministério Público – MP

Medida de promoção e proteção – MPP

Acordo de promoção e proteção – APP

Rendimento Social de Inserção – RSI

Índice de figuras

Figura 1 - O processo de resiliência familiar, retirado de Lietz.....	18
Figura 2 - O processo de resiliência familiar adaptado de Lietz em famílias reunificadas.	18
Figura 3 - Fases da reunificação e da resiliência familiar no processo de acolhimento e de reunificação.....	19

Índice de quadros

Quadro 1 - Caracterização sociodemográfica dos participantes.....	27
Quadro 2 - Definição das categorias e subcategorias de análise do conteúdo das entrevistas ...	33
Quadro 3 - Resultados da pontuação no RRC-ARM-28	48
Quadro 4 – Relação entre pontuação total no RRC-ARM-28 e as variáveis sexo e medida atualmente aplicada	49
Quadro 5 – Relação entre a subescala recursos individuais e as variáveis sexo e medida atualmente aplicada	49
Quadro 6 - Relação entre a subescala relação com os cuidados primários e as variáveis sexo e medida atualmente aplicada.....	50
Quadro 7 - Relação entre a subescala contexto e sentimento de pertença com o sexo e a medida atualmente aplicada	51

Introdução

O presente estudo tem como finalidade estudar a percepção das medidas de promoção e proteção por parte dos pais biológicos de crianças a quem tenha sido aplicada uma medida que implicou a saída de casa da criança ou jovem e em que se perspetiva o eventual regresso, e aferir a resiliência individual destes pais, sendo estruturado em cinco capítulos: I. Enquadramento teórico-conceptual; II. Metodologia do estudo; III. Apresentação dos resultados; IV. Discussão dos resultados; e V. Conclusões e considerações finais.

Com a aplicação de uma medida de promoção e proteção que implica a retirada da criança ou jovem, a família é confrontada com uma situação nova e que pode representar numa adversidade e desafio para a família enquanto unidade funcional e para os seus elementos a nível individual. Objetivando-se o regresso da criança para casa, a família deve ser envolvida no sentido de se facilitar a reunificação familiar, que, de acordo com Balsells et al. (2013), no âmbito do sistema de proteção de crianças, entende o processo no qual a criança regressa para junto da sua família biológica após um período em que esteve no sistema de acolhimento. Este trabalho junto da família é frequentemente dificultado pela pouca participação e colaboração dos pais, o que prejudica o sucesso da intervenção e o eventual sucesso da reunificação familiar, uma vez que, apesar da situação de perigo principal poder ter sido outra que não diretamente ligada às competências parentais, a promoção e trabalho destas competências poderá ser determinante e um importante fator de enfrentamento das adversidades futuras. Face a isto, torna-se relevante escutar a perspetiva dos pais sobre o processo que vivem na primeira pessoa, possibilitando a escuta da opinião que estes têm da forma como se processa a comunicação da medida que leva saída dos seus filhos à vivência da mesma.

Neste seguimento, no primeiro capítulo apresentamos um breve enquadramento teórico-conceptual em que são abordados os aspetos relativos às medidas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens, proporcionando um olhar sobre a tipologia das medidas e a sua contextualização na lei, nas políticas e na prática, a perspetiva dos pais sobre o sistema de proteção de crianças e jovens abordadas na literatura, a decisão pela aplicação da medida que leva à retirada da criança ou jovem, e o processo desde a aplicação da medida até à reunificação. Procedemos, ainda, a uma abordagem aos conceitos da resiliência individual e familiar aplicados ao contexto da reunificação familiar.

No segundo capítulo apresentamos os aspetos metodológicos deste estudo.

No terceiro capítulo procedemos à apresentação da análise das entrevistas realizadas junto de 15 pais, em que se explora a perceção destes relativamente à comunicação da medida, à sua compreensão, vivência e expectativas em relação ao regresso dos filhos, alcançando a reunificação familiar, e das quais resultam as seguintes categorias de análise: i) comunicação da medida; ii) vivências da separação; iii) qualidade da relação com os técnicos; iv) processos adaptativos de resiliência; e v) processos de empoderamento e participação social. Ainda neste capítulo são apresentados os resultados da aplicação da escala de resiliência individual RRC-ARM-28.

No quarto capítulo são discutidos os resultados das entrevistas e da escala, seguindo-se o quinto capítulo em que são apresentadas as conclusões e considerações finais relativas a perceção dos pais sobre as medidas de promoção e proteção e a sua resiliência individual.

I. Enquadramento teórico-conceitual

Este primeiro capítulo procura apresentar uma abordagem conceptual sobre as medidas de promoção e proteção aplicadas no sistema de proteção de crianças e jovens português, que levam à retirada da criança ou jovem à sua família biológica, considerando-se a tipologia das medidas, o processo desde a aplicação da medida à reunificação familiar, e a perceção da família sobre Sistema de Proteção de Crianças.

Quando uma criança ou jovem se encontra numa situação de perigo que coloca em risco o seu desenvolvimento global e bem-estar e se torna necessário retirá-la do seu contexto familiar direto, esta pode ser entregue a outros familiares, ser confiada a uma pessoa idónea, ser colocada em acolhimento familiar, ou, em último recurso, ser colocada numa casa de acolhimento, tendo esta decisão de balancear os riscos para a criança e o desejo de a manter na sua família sempre que possível (Biehal, Sinclair, & Wade, 2015).

O regresso à família é o principal objetivo dos sistemas de acolhimento, sendo uma das metas mais frequentes no projeto de vida da criança retirada, e considerada sempre que possível atendendo ao motivo da retirada e ao superior interesse da criança (Fernandez, 2013).

A reunificação familiar, no contexto do sistema de proteção de crianças e jovens, refere-se ao processo em que uma criança ou jovem regressa para a sua família biológica, após um período de separação (Balsells et al., 2013). O recente relatório de caracterização anual da situação de acolhimento (CASA), do Instituto de Segurança Social, I.P., referente ao ano de 2016, refere uma acentuação do decréscimo de cessações da situação de acolhimento por regresso ao meio natural de vida (78% dos motivos para cessação), atendendo aos decréscimos já verificados nos anos de 2015 (83,5%) e 2014 (89,6%) (Instituto da Segurança Social, 2016, 2017), apontando para a necessidade de mobilizar esforços e recursos para alterar estes resultados, nomeadamente através da aplicação de programas que fomentem a reunificação familiar.

A literatura científica e as novas políticas sociais têm convergido no entendimento de que a intervenção socioeducativa com a família biológica é essencial para a reunificação familiar (Balsells et al., 2013). O desenvolvimento do sistema de proteção para uma perspetiva com enfoque na criança e na sua família, juntamente com a elaboração de respostas para trabalhar as problemáticas familiares, oferecendo-lhes suporte e acompanhamento, e o desenvolvimento de programas de promoção das competências parentais e a reunificação familiar representam importantes medidas no sentido de promover o regresso da criança à sua família, no entanto, fatores como a recetividade e colaboração dos pais na intervenção, a adesão e a desistência em

programas de intervenção têm permanecido pouco explorados no contexto português, não permitindo olhar a partir de uma perspetiva dos destinatários.

Considerando-se as famílias que conseguem reunificar-se, estas, apesar das dificuldades e desafios que enfrentaram com a retirada dos seus filhos, é possível reconhecer os processos de metamorfose e gestão dos fatores de risco, prevalecendo as forças da família. A resiliência demonstrada pelos indivíduos e pela família no seu todo é sublinhada por Walsh (1996), que exorta a que esse capital que todas as famílias apresentam as habilita para intervenções de promoção da resiliência individual e familiar.

1. As medidas de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens

No âmbito do sistema português de proteção de crianças e jovens, a intervenção que visa a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em perigo é regulamentada pela Lei n.º 147/99, de 01 de setembro – a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. A intervenção é num primeiro nível da responsabilidade das entidades públicas ou privadas com competência em matéria de infância e juventude, sendo exemplo a escola, Instituições de Saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) e Segurança Social. Num nível seguinte, intervêm as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), entidades oficiais não-judiciárias, implantadas nos concelhos. Em última instância, atuam os tribunais, sendo que nestes, o acompanhamento técnico é assegurado pelas Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT), na alçada do Ministério da Segurança Social (Instituto da Segurança Social, 2007).

O sistema de proteção de crianças e jovens é ativado quando existe uma sinalização de uma situação que coloca em perigo a criança ou jovem. Esta sinalização pode ser efetuada pelas entidades públicas ou privadas com competência em matéria de infância e juventude, por um cidadão comum, por elementos da autoridade policial, entre outros com conhecimento de uma situação que coloca em risco a criança ou jovem. No seguimento de uma sinalização à CPCJ, é deliberada em sede da Comissão Restrita (CR) da CPCJ a instauração ou reabertura do processo de promoção e proteção (PPP). Com a instauração ou reabertura do processo, a atuação da CPCJ só se pode iniciar após o consentimento escrito dos responsáveis legais da criança ou jovem e desta/deste quando maior de 12 anos. Este consentimento pode ser, a qualquer momento da intervenção, ser retirado, cabendo à CPCJ o encaminhamento do processo para o Ministério Público (MP) se se considerar que se trata de uma situação de perigo para a criança ou jovem que

merece consideração e intervenção. Sendo dado o consentimento, inicia-se uma fase em que se procede à avaliação diagnóstica que visa averiguar a situação de perigo sinalizada, salvo em situações cuja gravidade da situação de perigo sinalizada justifica a aplicação de uma medida cautelar. Após a avaliação diagnóstica, pode-se verificar a necessidade de aplicar uma medida de promoção e proteção (MPP), que resulta na elaboração e negociação de um acordo de promoção e proteção (APP). Este acordo, estabelecido, frequentemente entre os responsáveis pela criança, pela própria criança quando maior de 12 anos, e a CPCJ, é constituído por cláusulas referentes às obrigações de cada elemento, sendo que estas fazem referência a ações concretas que procuram salvaguardar o bem-estar, segurança e desenvolvimento global da criança ou jovem, como por exemplo, assegurar que a criança ou jovem não falta à escola ou não expor a criança ou jovem a situações de conflito entre os progenitores. Durante a fase da vivência da aplicação da medida, devem ser cumpridas as cláusulas deste acordo com vista a suprimir a existência de perigo e risco para a criança ou jovem. Aproximando-se o fim do período de duração da medida aplicada, é revista a situação global da criança ou jovem e da sua família, avaliando-se a persistência da situação de perigo. Considerando-se que a situação de perigo já não se verifica, pode ser proposto o arquivamento do processo. No entanto, quando a situação de perigo ainda persiste ou, entretanto, surgiram novos acontecimentos e/ou é no superior interesse da criança ou jovem que se justifica a continuidade da intervenção, a medida pode ser prorrogada por um novo período de tempo, ou alterada a medida, sendo realizado um novo APP. Havendo necessidade da continuação da prorrogação da medida, esta prorrogação incorre de um limite de 18 meses, com exceção da medida de apoio para autonomia de vida, que pode prolongar até aos 21 anos (cf. art. 60.º n.º 2 e 3, da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro).

1.1. Tipologia das medidas e a sua contextualização na lei, nas políticas e na prática

No que se refere às medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, a legislação portuguesa compreende dois tipos de medidas: medidas em meio natural de vida e medidas em regime de colocação (art. 35.º n.º 3., da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro). As medidas em meio natural de vida podem verificar-se através de: a) apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para a autonomia de vida (cf. art. 35.º n.º 1, alíneas a), b), c) e d), da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro). Por sua vez, as medidas em regime de colocação referem-se ao acolhimento familiar e ao acolhimento residencial (cf. art. 35.º n.º 1, alíneas e) e f), da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro).

De acordo com o art. 4.º, alínea h), da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, um dos princípios orientadores da intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo refere-se à prevalência da família, nomeadamente o facto de que “deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável”.

Fernandez (2013), no seu livro sobre a reunificação familiar, refere que quando se verifica a necessidade de separar a criança ou jovem da sua família e colocá-la(o) numa instituição de acolhimento, três dos objetivos traçados serão encurtar o máximo possível esta estadia; minimizar a separação entre a criança e a sua família; e maximizar as perspetivas de reunificação familiar assim que possível. A autora e investigadora australiana refere-se ao relatório de 2009 do *Australian Institute of Health and Welfare*, para realçar que estes objetivos vão ao encontro dos valores da sociedade e aquilo que se considera benéfico para a criança, para além de permitir a redução de gastos públicos (Fernandez, 2013).

As políticas e ideologias que favorecem a preservação familiar assumem enorme importância na saída da criança da instituição de acolhimento e na reunificação familiar (Fernandez, 2013), motivo pelo qual se procura trabalhar a família. Portugal segue a mesma linha político-ideológica, sendo um dos princípios orientadores da intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo a prevalência da família, nomeadamente o facto de que “deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável” (cf. art. 4.º, alínea h), da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro). Apesar das medidas de promoção e proteção mais aplicadas pelas CPCJ no ano de 2016, serem as medidas em meio natural de vida, principalmente a medida de apoio junto dos pais, ao representar 78,4% das medidas aplicadas, seguida da medida de apoio junto de outro familiar, com 9,9%, a medida de acolhimento residencial apresenta uma expressão de 9,4% (CNPDPJ, 2017).

Os dados do CASA 2016 revelam que da totalidade de crianças e jovens em situação de acolhimento (compreendendo-se neste caso todas as formas de acolhimento), os projetos de vida definidos com maior expressão referem-se à autonomização, com 36,3%, e a reintegração na família nuclear, com 36% (Instituto da Segurança Social, 2017). Os 36,3% referentes ao projeto de vida “autonomização” fazem especial sentido se se considerar que a faixa etária dos 15 aos 17 anos compreende 35,6% das situações de acolhimento e 69,4% das situações, considerando-se as crianças e jovens com idades entre os 12 e os 20 anos (Instituto da Segurança Social, 2017).

Relativamente ao projeto de vida “reintegração na família nuclear”, os autores do relatório ressaltam a necessidade e a exigência de aplicação de programas de intervenção familiar, no entanto, não focam, em concreto, programas de promoção da reunificação familiar (Instituto da Segurança Social, 2017). Este projeto de vida é mais frequente na faixa etária dos 6 aos 11 anos, assumindo uma expressão de 43,5%, seguido da faixa etária dos 12 aos 17 anos, com 34,9%, e dos 0 aos 5 anos, com 28,4% (Instituto da Segurança Social, 2017). Se considerarmos a sua evolução ao longo da última década, este projeto de vida apresenta um aumento na ordem dos 83% (Instituto da Segurança Social, 2017). Todavia, poderá ser relevante considerar-se os motivos para a cessação das medidas de acolhimento, no sentido de perceber em que medida é que o projeto de vida é concretizado. No CASA de 2016, o regresso ao meio natural de vida representou 78% dos motivos para a cessação da situação de acolhimento, através da (re)integração junto dos pais (49,5%), (re)integração junto de tios/avós/irmãos (14,7%) e integração em família adotante em período de pré-adoção (10%) (Instituto da Segurança Social, 2017). Este valor, quando comparado com os dois anos anteriores, tem decrescido, tendo o regresso ao meio natural de vida sido o motivo para cessação da situação de acolhimento em 83,5% no ano de 2015, e 89,6% no ano de 2014 (Instituto da Segurança Social, 2016).

Com o regresso para junto da família da criança ou jovem, o olhar sobre os valores relacionados com as reentradas no sistema de proteção e, em específico no sistema de acolhimento, por representar situações mais complexas e mais graves, uma vez que levam à saída da criança de junto da sua família, pode ser relevante para se aferir o sucesso da intervenção realizada no período em que a criança ou jovem esteve separada da sua família. López, Del Valle, Montserrat, & Bravo (2013) referem, relativamente ao contexto espanhol, que é difícil obter dados fidedignos sobre a reunificação familiar, nomeadamente por falta de dados relativos ao número de reunificações, reentradas no sistema e dados sobre o seu sucesso. No contexto português, o CASA apresenta os números de reunificações e de reentradas, sendo que em 2016, verificou-se que 11% crianças e jovens que entraram no sistema de acolhimento, já tinham estado em acolhimento anteriormente, sendo que para 3% destas crianças e jovens, a reentrada aconteceu ainda no decorrer desse ano (Instituto da Segurança Social, 2017), porém não se encontram dados relativos ao sucesso das reunificações, nomeadamente o estudo dos fatores que potenciam o sucesso.

É nesta necessidade de perceber todo o enquadramento dos processos de reunificação que é importante ouvir as famílias, pais e filhos, identificar e avaliar as intervenções realizadas e que

antecederam à reunificação e refletir sobre um conjunto de medidas que possam fortalecer a resiliência individual de cada um dos membros da família.

1.2. A perspectiva dos pais sobre o sistema de proteção de crianças e jovens

A passagem pelo sistema de proteção pode consistir numa experiência traumática, tanto para os pais, como para as crianças ou jovens, principalmente quando ocorrem situações em que a saída da criança ou jovem é imposta à família pelo sistema de proteção, resultando na criação de uma imagem de um sistema punitivo (Alpert & Britner, 2009; Lietz, Lacasse, & Cacciatore, 2011; Manji, Maiter, & Palmer, 2005). Por sua vez, também os profissionais que trabalham com estas famílias são desafiados devido à ambiguidade do seu trabalho, na medida em que o seu dever é salvaguardar o superior interesse da criança e intervir junto das suas famílias, tendo a função de as avaliar, advertir, decidir sobre questões importantes das suas vidas, ao mesmo tempo que devem estabelecer uma relação de confiança, respeito e empatia, promovendo o seu empoderamento e desenvolvimento de competências e recursos (Alpert & Britner, 2009; Corby, 2006).

Há quinze anos atrás, no estudo de Kapp & Propp (2002), os pais de crianças que se encontravam no sistema de acolhimento norte-americano reportavam problemas ao nível da comunicação com os profissionais, nomeadamente a falta de *feedbacks* e inconsistências entre a comunicação com e entre profissionais; ao nível da disponibilidade dos profissionais; ao nível do respeito que os profissionais demonstravam ter pelos pais; ao nível do seu envolvimento no processo de decisões, sentindo-se excluídos; e ao nível do seus direitos, na medida em que não dominavam a forma como o sistema de proteção funcionava, sentindo-se sem apoio.

Apesar de não serem muitas as investigações realizadas no sentido de explorar a perceção que os pais têm do sistema de proteção, principalmente no contexto português, os estudos realizados têm seguido a linha de estudar a opinião que os pais têm relativamente ao suporte social recebido e à relação estabelecida com os profissionais, à avaliação e ao seu envolvimento e participação na intervenção dos serviços.

No âmbito da opinião dos pais relativamente ao suporte social recebido, há mais de vinte anos atrás, os pais que participaram no estudo de Drake et al. (1995) consideravam que a qualidade da relação estabelecida com os profissionais dos serviços de proteção influenciavam a sua opinião e visão em relação ao próprio sistema e a sua efetividade. Kauffman (2007) acrescenta que na sua amostra, os pais atribuíam grande importância à relação que mantinham com os

profissionais, considerando esta relação uma das componentes mais significativas do apoio dos serviços de proteção, tendo o mesmo sido verificado em Mullins, Cheung, e Lietz (2012). Num estudo recente realizado por Haight, Sugrue, Calhoun, e Black (2017), alguns pais referiam situações em que tinham sentido falta de confiança nos profissionais, tendo vivenciado durante a intervenção dos serviços sociais sentimentos de culpa, vergonha e raiva, o que impediu o envolvimento efetivo com os serviços.

Relativamente à avaliação, tendo em consideração a sua necessidade e a importância que esta tem na salvaguarda do bem-estar da criança e compreensão do contexto familiar em que esta está inserida, o estudo de Harris (2012) alerta para o facto de os pais considerarem que a avaliação era particularmente intrusiva quando era demasiado investigativa, quando era realizada de forma coerciva e ameaçadora, quando tinha um carácter estigmatizante e indutora de vergonha nos pais, e quando era ineficaz. Através da relação entre as considerações relativamente à avaliação e os sentimentos negativos em relação às entidades do sistema de proteção, os resultados deste estudo apontam para a hipótese de que a avaliação com carácter impositivo afeta, frequentemente, a possibilidade de envolver e captar os pais para a intervenção (Harris, 2012).

O envolvimento e participação dos pais nos serviços de proteção e nos serviços de apoio social, têm vindo a ser explorados, ao longo das últimas duas décadas, maioritariamente no contexto norte-americano, sendo exemplo as investigações de Littell e Tajima (2000), Littell (2001), Dawson e Berry (2002), Gockel, Russel, e Harris (2008) e Mullins et al. (2012), cujos resultados sugerem que os pais investem mais na intervenção dos serviços quando são envolvidos nos planos de intervenção e na definição de objetivos para a mesma. Desta forma, é recomendada a audição das famílias com vista a saber a sua opinião quanto aos serviços que recebem, na medida em que haveria benefício para o desenvolvimento de programas e para os próprios serviços com respostas de preservação familiar (Mullins et al., 2012). Por sua vez, Arbeiter & Toros (2017), no contexto estoniano, procuraram explorar as necessidades dos participantes e as suas perspetivas sobre o envolvimento, procurando ouvir a perspetiva de 11 profissionais do sistema de proteção, 11 pais e 11 crianças. Considerando-se a perspetiva dos pais relativamente à interpretação daquilo que deve ser o seu envolvimento, cerca de metade considerou que este deve compreender uma parceria, marcada pelo diálogo, escuta e aceitação, enquanto que a restante parte dividiu-se entre uma visão dos profissionais como peritos, em que estes os persuadem para aderir à intervenção, sugerem as soluções e decidem; e a visão dos pais como o “lado mais fraco”, dependentes dos

profissionais e consentem tudo o que lhes é proposto (Arbeiter & Toros, 2017). Relativamente aos fatores que promovem o seu envolvimento, os pais apontam aos profissionais o apoio que estes lhes dão, assim como a confiança, parceria e abordagem mais humanista, e ao sistema de proteção o fator tempo, na medida em que é preciso mais tempo para a comunicação, e maior consideração pelas suas necessidades (Arbeiter & Toros, 2017). Como barreiras para o seu envolvimento, os pais denunciam o desinteresse, a postura arrogante e intrusiva, as decisões que são tomadas sem o seu conhecimento pelos profissionais (Arbeiter & Toros, 2017). Por sua vez, identificam no sistema a barreira da burocracia que lhe está associada (Arbeiter & Toros, 2017).

De forma a avaliar a satisfação dos pais com os serviços de proteção, Kapp e Vela (2004) desenvolveram, no contexto norte-americano, a *Parent Satisfaction with Foster Care Services Scale* (PSFCSS). A aplicação desta escala permitiu concluir que os pais sentiram maior satisfação com os serviços quando consideravam que: i) os profissionais trabalhavam em conjunto para que as crianças regressassem a casa; ii) as expectativas dos profissionais em relação aos pais eram realistas e claras; iii) os profissionais preparavam os atendimentos e mostravam disponibilidade para os ajudar; e, iv) os profissionais respeitavam a sua cultura (Kapp & Vela, 2004).

1.3. A decisão pela aplicação de uma medida que leva à saída da criança

Considerando-se as variáveis que influenciam diretamente a decisão pela aplicação de uma medida de promoção e proteção, a Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), anterior Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPJCR), no seu guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo, adaptação do manual “El papel del Ámbito Social en el abordaje de Situaciones de Desprotección Infantil” elaborado pela Generalitat Valenciana, refere que, tendo em conta os estudos científicos na área, a decisão é influenciada pela perceção dos técnicos, pelas características dos processos e pelos recursos existentes ou disponíveis (CNPDPJ, n.d.). De acordo com o mesmo manual, o processo de tomada de decisão para ser mais preciso deve ser possível responder-se a questões tais como: “O caso sinalizado configura uma situação de risco ou de perigo?”, “Há necessidade de separação, ou não, da criança do seu ambiente?”, “Caso se decida a separação da criança, qual a probabilidade da separação ser, ou não, a curto prazo?”, “Que recurso ou recursos locais melhor garantem o bem-estar e segurança da criança e dos seus pais (decisão acerca do(s) recurso(s) para operacionalizar a

proteção a garantir à criança, incluindo a definição de um ‘projeto de vida’ adequado e a recuperação das consequências da situação)?” (CNPDPJC, n.d., p. 275).

A decisão pela separação da criança ou jovem dos seus pais, ou seja, a saída da criança para junto de outro familiar, uma outra pessoa idónea ou para uma solução em acolhimento familiar ou residencial, representa uma grande mudança para a criança ou jovem, para os seus pais e restante família, por poder implicar uma rutura entre a situação anterior à saída e ao conjunto de desafios e adaptações que a nova realidade apresenta. Esta tomada de decisão é também difícil para os profissionais com poder de decisão, atendendo a que este processo pode gerar sentimentos de angústia, insegurança e de sofrimento, dado que se trata de uma decisão que em muito poderá influenciar a vida da criança ou jovem e da sua família (CNPDPJC, n.d.).

Quando é tomada a decisão da separação da criança dos seus pais, esta separação, mediante os motivos que a justificam, pode ir tomar dois sentidos: o de uma separação transitória, em que prevê um eventual regresso da criança à sua família, ou o de uma separação definitiva, em que é considerada a possibilidade de adoção e apoio para autonomia de vida (CNPDPJC, n.d.). Especificamente nas situações de uma separação transitória, são consideradas as medidas de apoio junto de outro familiar, medida de confiança a pessoa idónea, medida de acolhimento familiar e a medida de acolhimento residencial (CNPDPJC, n.d.).

Ao avaliar-se a situação da criança ou jovem, a decisão pela separação depende da consideração da gravidade da situação de perigo, da probabilidade de esta voltar a acontecer, dos fatores de risco e de proteção, dos recursos dos pais e da família, assim como do prognóstico que se antecipa para a situação (CNPDPJC, n.d.).

Segundo o manual da CNPDPCJ (n.d.), a decisão por uma separação transitória, em que se prevê um eventual regresso da criança para junto dos pais, acontece quando, de forma geral, pode existir uma incapacidade parental transitória ou circunstancial, os pais participam na intervenção, reconhecendo o problema e demonstrando compromisso para alcançar mudança, os pais demonstram querer manter contacto com o filho, ambicionando que a situação em breve se altere de forma a que o filho regresse, existe previsibilidade de mudança e aceitação da separação, havendo predisposição para colaborar com a intervenção, objetivando a reunificação (CNPDPJC, n.d.).

Tendo sido tomada a decisão pela separação da criança ou jovem dos seus pais e tendo como meta o retorno da mesma para junto destes, os passos seguintes deverão passar por preparar a saída da criança, através da comunicação da saída e do que se irá passar a seguir,

preparando a criança ou jovem e os seus pais, salvo quando não é possível, como é o caso de situações em que a saída é precipitada por um acontecimento grave e é realizada uma retirada de urgência; promover o envolvimento dos pais, procurando evitar desentendimentos ou situações que possam levar à inibição das suas responsabilidades enquanto pais; eliminar os fatores de risco existentes; intervir junto da criança e dos pais, de forma a responder às suas necessidades individuais e familiares; preparar a reunificação familiar; e, por último, acompanhar e monitorizar a reunificação familiar (CNPDPJ, n.d.).

1.4. Da aplicação da medida à reunificação familiar: a vivência da medida pela família e os fatores preponderantes para a reunificação

A aplicação da medida que leva à saída da criança ou jovem pode ser ou não consentida pela família, por conseguinte, compreendidas ou não.

Na investigação do Grupo GRISIJ (2012) que procurou explorar as necessidades na reunificação familiar, no contexto espanhol, vários pais referiram a necessidade de mais informação do que aquela que lhes foi facultada durante todo o processo, acrescentando o desconhecimento dos seus direitos e deveres. De acordo com o mesmo grupo de investigação de Maria Àngels Balsells e colaboradores, que elaborou o programa de competências parentais durante o acolhimento e de reunificação familiar, o “Caminar en família” (consultar: www.caminarenfamilia.udl.cat/), é importante que os pais e os filhos tenham conhecimento sobre os motivos da aplicação da medida de proteção e a sua finalidade, assim como serem informados das características da medida aplicada, as suas implicações relativamente à duração, regime de visitas, plano de intervenção, de forma a compreender aspetos como o que significa a medida, como irão ser os próximos meses e onde estarão os seus filhos (Grupo GRISIJ, 2015a). O facto de se dar a entender aos pais que a separação não é definitiva, podendo manter contacto com os filhos através das visitas, continuando a ter o direito a serem pais, viabiliza a sua adaptação à medida aplicada (Grupo GRISIJ, 2015a).

Na fase em que é aplicada a medida e ocorre a retirada da criança, torna-se necessária uma intervenção que vá no sentido de facilitar a assimilação progressiva dos motivos que conduziram à retirada da criança (Balsells et al., 2013), atendendo a que, inicialmente, os pais tendem a considerar como motivos principais para a retirada do seu filho aspetos relacionados com o seu contexto socioeconómico, tais como a falta de recursos económicos, o desemprego e condições precárias da habitação, aspetos relacionados com as características e/ou

comportamentos do seu filho, e a ação dos profissionais, desconsiderado aspetos em que lhes é atribuída responsabilidade no problema, as suas competências parentais e as necessidades do seu filho (Balsells et al., 2013; Grupo GRISIJ, 2015a). A compreensão e, eventual, reconhecimento dos motivos que levaram à retirada do seu filho, vai acontecendo gradualmente (Balsells et al., 2013; Lietz & Strength, 2011), no entanto, nem todos os pais conseguem compreender e reconhecer os problemas que enfrentavam nessa fase da sua vida, mesmo passados vários anos (Balsells et al., 2013). A adaptação à medida aplicada dá-se quando a família consegue ajustar-se à nova situação, a nível pessoal e contextual (Balsells et al., 2013). Quando a família consegue adaptar-se, atribuindo valor às mudanças ocorridas, participando neste processo de mudança, a família começa a aceitar a medida (Balsells et al., 2013).

Perspetivando o regresso da criança ou jovem à sua família, que se concretizará quando reunidas condições de estabilidade e harmonia na família e na vida da criança, esta reunificação pode ser influenciada por vários fatores relativos a todos os envolvidos no processo, desde as características e contexto da criança e da sua família, às dos profissionais responsáveis (Wulczyn, 2004), podendo estes fatores ser favoráveis ou desfavoráveis à reunificação.

Considerando-se os fatores desfavoráveis à reunificação familiar, no que respeita às características das crianças, a presença de problemas emocionais ou de comportamento (Landsverk, Davis, Ganger, Newton, & Johnson, 1996), atrasos do desenvolvimento e problemas de saúde tendem a indicar a menor probabilidade de reunificação com as suas famílias biológicas (Kortenkamp, Geen, & Stagner, 2004). Por seu lado, George (1990), Rzepnicki et al. (1997) e Jones (1998) referidos por Fernandez (2013), associam, nos perfis parentais, a presença de doenças mentais, problemas emocionais e o abuso de substâncias com a baixa probabilidade de reunificação com os filhos retirados. A par destas características, também a ocorrência ou, em alguns casos, a comorbilidade de problemas como reduzidas capacidades parentais, violência doméstica, doença mental da progenitora, podem influenciar de forma negativa a possibilidade de retorno das crianças retiradas à família (Choi & Ryan, 2007; Marsh, Ryan, Choi, & Testa, 2006). Também os fatores inerentes ao meio onde a família está inserida são importantes, dado que o contexto sociocultural a influencia amplamente. A pobreza, o baixo nível socioeconómico, as condições habitacionais inadequadas (Fernandez, 2013), emprego precário, alterações no sistema de apoio social e estatística criminal da área de residência podem constituir variáveis determinantes para o (in)sucesso da reunificação familiar (Zuravin, 1989; referido por Fernandez, 2013). De acordo com Jones (1998) os fatores de risco ambientais e sociais afetam a reunificação

familiar na medida em que fomentam o stress familiar que, por sua vez, tende a agravar os conflitos pré-existentes e a as reduzidas capacidades parentais.

Um facto importante a considerar-se no regresso a casa da criança ou jovem é a noção de que nenhum dos elementos do agregado familiar é o mesmo que era antes de todo o processo se ter iniciado. Wulczyn (2004; p.98), relativamente ao processo de reunificação, realça que:

“Reunifying a child with his or her birth parents is not a one-time event. Rather, it is a process involving the reintegration of the child into a family environment that may have changed significantly from the environment the child left.”

O mesmo autor menciona ainda que durante o tempo em que os pais e a criança estiveram separados, ambos vivenciaram novas experiências, desenvolveram novas relações e criaram novas expectativas em relação uns aos outros (Wulczyn, 2004).

No que concerne a efetiva reunificação da criança com os seus pais, o fator tempo de permanência no sistema de acolhimento, pode ser determinante. Wulczyn (2004) demonstrou que, nos Estados Unidos da América, uma criança que entra no sistema de acolhimento tem em média 28% de probabilidade de voltar para a sua família durante os primeiros 12 meses. Passado este tempo, esta probabilidade diminui para 16%, decaindo à medida que o tempo passa (Wulczyn, 2004). Outros estudos desenvolvidos ao longo dos últimos 40 anos apresentaram um padrão semelhante para a probabilidade de reunificação (Fanshel e Shinn, 1978; Barth et al., 1994; Bullock et al., 1998; Fernandez, 1999; Delfabbro et al., 2003; McSherry et al., 2010; Wade et al., 2011; referidos por Fernandez, 2013). Por sua vez, McDonald, Bryson, & Poertner (2006) sugerem que um processo rápido de reunificação não vai ao encontro do superior interesse da criança em termos de estabilidade a longo termo, sendo que as crianças que voltaram para a sua família nos 6 meses depois da retirada apresentaram uma taxa de reentrada bastante superior comparativamente às crianças que voltaram a casa passados 6 a 24 meses após retirada da família.

Ao longo das últimas 40 décadas, vários têm sido os estudos que relacionam a reunificação familiar com a visita das crianças aquando da sua estadia em instituições de acolhimento. Neste caso, os resultados evidenciam que as crianças que têm pouco contacto com a sua família enquanto se encontram numa instituição de acolhimento tendem a ter menor probabilidade de regressarem à sua família (Fanshel and Shinn, 1978; Wade et al., 2011; referidos por Fernandez, 2013; Berry, McCauley, & Lansing, 2007).

As variáveis preditoras mais analisadas em estudos sobre a reunificação familiar referem a idade da criança, o género, a etnia, as razões que levaram à retirada e o tipo de acolhimento (Fernandez, 2013). Considerando em especial a variável idade da criança, os adolescentes são os que apresentam maior probabilidade de voltar a casa num menor espaço de tempo desde a sua retirada comparativamente às crianças mais novas (Fernandez, 2013).

No que se refere aos fatores que são favoráveis à reunificação familiar, ainda são poucos os estudos que se debruçaram no estudo das famílias que alcançaram com sucesso a reunificação. Lietz (2007) e Lietz & Strength (2011) destacam-se por explorarem as forças que as famílias identificam como importantes ao longo do processo de reunificação, sendo elas o suporte social, a flexibilidade, a comunicação, o compromisso, a pré-disponibilidade para fazer as mudanças necessárias com vista a que a criança ou jovem regresse, capacidade de reconhecer as dificuldades e a espiritualidade. Um fator que se destaca pela sua especial importância, sendo referido em várias investigações lideradas pela investigadoras espanholas María José Rodrigo (Rodrigo, Camacho, Máiquez, Byrne, & Benito, 2009; Rodrigo, Martín, Máiquez, & Rodríguez, 2007) e Maria Angels Balsells (Balsells, 2007; referido por Balsells, Amorós, Fuentes-Peláez, & Mateos, 2011), compreende a atitude das famílias em intervenções que promovem e trabalham as competências parentais, nomeadamente a perceção que as famílias têm dos problemas e a motivação que estas apresentam para os enfrentar e gerar mudanças. Balsells et al. (2011) acrescenta que o envolvimento da família no processo de mudança e reabilitação é fundamental para o sucesso da reunificação, pelo que este envolvimento deve ser feito logo no momento da separação. Este envolvimento, segundo a literatura, pode ser influenciado pela aceitação da medida de proteção e pelo envolvimento nas decisões e avaliação da família, facilitado desde que as famílias não sejam apenas recetores de decisões, mas participantes de ações que lhes podem permitir encontrar o seu potencial, o que se revela essencial para a promoção das suas competências parentais (Balsells et al., 2011).

2. Resiliência individual, resiliência familiar e reunificação familiar

A definição de resiliência subentende, para Walsh (2002, 2012), à habilidade de resistir e se fortalecer, apesar das adversidades da vida, considerando, ainda, a transformação e o crescimento a nível individual e relacional que podem resultar da superação das adversidades.

Por sua vez, os estudos de Ungar (2008) e de Ungar e Liebenberg (2011), resgatando o ponto de vista socio-ecológico deste construto, definem a resiliência como a capacidade dos

indivíduos para mobilizarem aqueles recursos psicológicos, sociais, culturais e físicos que sustentam o seu bem-estar, a par de aptidões individuais e coletivas de gestão destes recursos ajustadas pelas características específicas ditadas por cada contexto cultural. Para Ungar & Liebenberg (2011), a resiliência resulta da conjugação dos recursos individuais e dos recursos ambientais que potenciam o desenvolvimento positivo face aos desafios.

Fundamentando empiricamente estas assunções teóricas com base em estudos transculturais para avaliação da resiliência em jovens de 11 países (Ungar, 2008; Ungar & Liebenberg, 2011) e posteriormente em adultos (consulte-se os estudos do Resilience Research Centre, 2013), os autores defendem que no construto de resiliência se faça referência a quatro pressupostos básicos: 1) a existência de aspetos globais, culturais e contextuais específicos na vida dos indivíduos que contribuem para a sua resiliência; 2) a influência do contexto e da cultura na expressão desses fatores de resiliência ao longo da vida; 3) o processo de ajustamento continuado ao longo do ciclo vital entre os fatores individuais, contextuais e culturais de que resulta a resiliência; 4) a forma como os conflitos entre os indivíduos e o contexto cultural são enfrentados refletem os aspetos da resiliência dos indivíduos (Ungar, 2008).

O modelo bioecológico e, de maneira geral, as perspetivas sistémicas que são invocadas no seio das teorias e definições conceituais da resiliência são transversais aos estudos que referem à resiliência a nível individual, como é o caso das investigações de Ungar e Liebenberg (2011), quer nos estudos da resiliência familiar que Walsh vem publicando de 2002 a 2012, enfatizando-se que o indivíduo ou a família que responde de forma positiva perante uma situação adversa tem maior probabilidade de sair fortalecido/a desse confronto. A conceptualização do construto da resiliência individual de Ungar e Liebenberg e da resiliência familiar de Walsh partilha ainda do facto de ambas valorizarem as transações que são resultantes da inserção dos indivíduos nos seus contextos de vida e da expressão que estes assumem para a definição do próprio construto de resiliência numa perspetiva ecossistémica (Walsh, 2016).

Este enfoque sistémico, diremos que se acentua em vários estudos, em especial nos dos investigadores McCubbin e MucCubbin (1988) e de Walsh (1998, 2002, 2003), onde o foco do construto de resiliência se estende à família enquanto sistema dinâmico. Por outro lado, o conceito de resiliência familiar transcende o de resiliência individual dos membros da família, uma vez que entende o risco e a resiliência na família enquanto uma unidade funcional. É precisamente o funcionamento familiar que refletirá em que medida o confronto com situações de adversidade irá exigir respostas individuais e coletivas por parte dos membros do agregado familiar e que influência

assumem essas respostas nas dinâmicas e equilíbrios da família (Walsh, 1996, 2003, 2012). Este conceito de resiliência familiar baseia-se nas teorias e investigação de autores como Hawley e DeHaan (1996); Mackay (2003); McCubbin e Patterson (1983); Patterson (2002) citados por Walsh (2012) e Simon, Murphy e Smith (2005) que se debruçaram sobre o modo de funcionamento familiar em situações marcadas pelo stress familiar, os seus estilos de coping e a adaptação face a desafios disruptivos na vida. Mais recentemente, estes estudos são retomados em investigações com famílias em risco psicossocial no Brasil (Biazzi, Silveira, & Yunes, 2012; Juliano & Yunes, 2014; Yunes, 2003, 2007, 2012) e em Portugal (Miranda, 2015; Miranda & Almeida, 2017).

A visão funcional da resiliência familiar foca-se na premissa base de que crises graves e situações de adversidades têm impacto em toda a família e que existem formas de funcionamento muito próprias da família que medeiam a forma como esta vive a adversidade, se adapta a ela e as próprias relações entre os membros (Walsh, 2012). Na teoria de resiliência de Walsh, estas formas de funcionamento são designados por processos-chave da resiliência familiar que, segundo a autora, estão associados a três domínios essenciais para a avaliação do funcionamento familiar: sistema de crenças, os padrões organizacionais e os processos de comunicação da família (ver Walsh, 2012).

Através da realização de entrevistas a seis famílias, selecionadas numa amostra maior por apresentarem risco elevado dado as dificuldades que enfrentavam serem extrínsecas ao seu controlo e comportarem acontecimentos não-normativos (doenças, perdas), nas quais este mesmo nível de risco era associado a um elevado nível de funcionamento, Lietz (2007), identificou cinco fases do processo de resiliência familiar descrevendo a par e passo as modificações que se observam quando a família é confrontada com adversidades. Este modelo entende que quando confrontadas com as adversidades, se podem distinguir cinco fases, fases essas que podem não ser sequenciais mas simultâneas ou sobrepostas (Lietz, 2007). Inicialmente, as famílias passam por uma fase de sobrevivência, em que o tempo é gerido com a atenção centrada no momento ('leva-se um dia de cada vez'), procurando perceber como reagir às exigências presentes no dia-a-dia (Lietz, 2007). Numa fase seguinte, a fase de adaptação, as famílias procuram realizar mudanças de forma a adaptar-se à nova realidade (Lietz, 2007). Quando as famílias conseguem internalizar a sua nova realidade, considerando-a a sua nova forma de vida, encontram-se numa fase de aceitação (Lietz, 2007). A fase de crescimento fortalecido surge com o reconhecimento da família do seu crescimento em resultado do enfrentamento das dificuldades (Lietz, 2007). Num

momento em que a família sente a necessidade de ajudar outras pessoas que se encontram a passar por dificuldades semelhantes, reconhece-se mais forte e capaz de dar apoio e ajuda aos outros (Lietz, 2007). No mesmo estudo, foram, ainda identificados alguns fatores que potenciam a resiliência familiar tal como apresentado da figura 1 (Lietz, 2007).

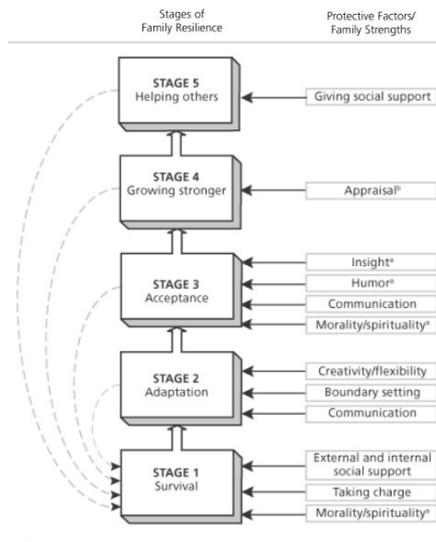


Figura 1 - O processo de resiliência familiar, retirado de Lietz (2007, p.149).

^a Also discussed by Wolin and Wolin (1993)
^b Also discussed by McCubbin, McCubbin, and Thompson (1993)

Posteriormente, Lietz & Strength (2011) procuraram descrever o processo de resiliência familiar no contexto do sistema de proteção, em famílias que se reunificaram com os seus filhos com sucesso, tentando compreender quais as forças e processos pelos quais as famílias conseguem atingir a reunificação e manterem-se unidos como família. Lietz & Strength (2011) encontraram nestas famílias 10 forças consideradas como altamente influenciadoras na reunificação com os seus filhos e funcionamento saudável que mantêm (ver figura 2).

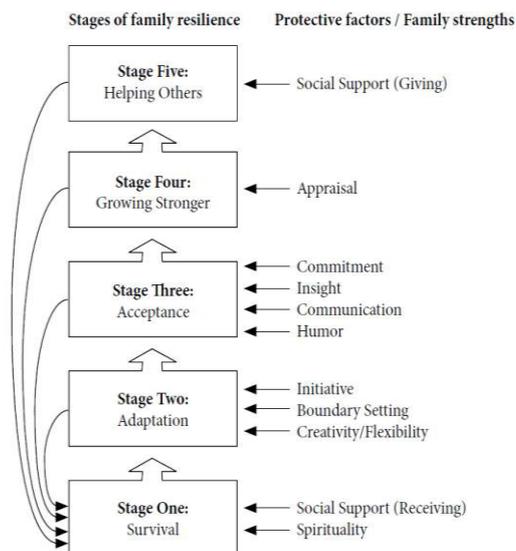


Figura 2 - O processo de resiliência familiar adaptado de Lietz (2007, p. 149) em famílias reunificadas, retirado de Lietz e Strength (2011, p. 206).

Através da comparação das forças familiares ou fatores de proteção, apresentadas nas figuras 1 e 2, é possível observar que as forças familiares referidas pelas famílias reunificadas em Lietz e Strength (2011), comparativamente às famílias avaliadas com elevado risco e elevados níveis funcionamento em Lietz (2007), apresentam ligeiras diferenças, nomeadamente, na fase de sobrevivência, ao considerarem como forças a espiritualidade e o suporte social recebido; na fase de adaptação, veem a capacidade de iniciativa como força, para além do estabelecimento de limites e criatividade/flexibilidade; na fase de aceitação, entendendo o compromisso como importante, para além da capacidade de olharem para si mesmos, a comunicação e o humor.

Na linha de investigação de Lietz, Balsells e colaboradores têm explorado as fases da reunificação e da resiliência familiar no processo de acolhimento e reunificação (ver figura 3), tendo associado a fase da comunicação da medida, o momento em que ocorre a separação (representada pela letra “S” na figura 3) e a primeira fase em que ocorrem as visitas e os contactos durante a fase em que a criança se encontra em acolhimento, a um período em que a família passa por uma fase de sobrevivência (Grupo GRISIJ, 2015b). Durante o período em que a criança se encontra em acolhimento, a família passa por uma fase de adaptação, que consolidada faz com que a família evolua para uma fase de aceitação (Grupo GRISIJ, 2015b). Ainda nesta fase de acolhimento, quando ocorre o crescimento e desenvolvimento da família, que se fortalece, começa a ser preparada a reunificação familiar, devendo ser parte ativa todos os seus intervenientes (Grupo GRISIJ, 2015b). Quando ocorre a reunificação (representada na figura 3 pela letra “R”) e a família vive a fase em que voltam a viver juntos, continuam a crescer e a fortalecer-se, podendo sentir a necessidade ou desejo de ajudar outros pais que estejam a passar por situações semelhantes àquela que viveram e superaram (Grupo GRISIJ, 2015b).

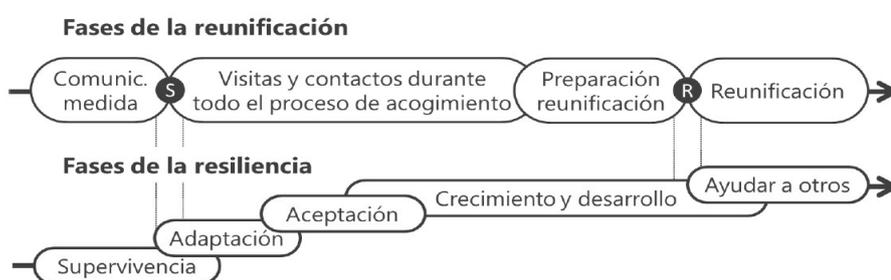


Figura 3 - Fases da reunificação e da resiliência familiar no processo de acolhimento e de reunificação, retirado de Grupo GRISIJ (2015b, p.30).

3. O presente estudo

A decisão pela aplicação de uma medida de promoção e proteção que implica a separação da criança e dos seus pais biológicos por um determinado período de tempo, quando comunicada e efetivada, é geradora de reações, sentimentos, mudanças e adaptações. Durante o período de tempo em que a criança e os pais estão separados, se o projeto de vida da criança passar pela reunificação familiar, inicia-se uma intervenção nesse sentido, sendo necessário o envolvimento e participação da família neste processo de mudança e restabelecimento individual e familiar. Uma das dificuldades que os profissionais que intervêm neste âmbito, junto das famílias, enfrentam, prende-se com o compromisso da família para com a intervenção. Este compromisso, refletido através do seu envolvimento na vida da criança, realizando as visitas, trabalhando os aspetos geradores de risco para a criança, pode ser comprometido pela perceção que a família tem dos serviços de proteção e do próprio sistema de proteção. Pensando-se no contexto específico em que há uma retirada, o momento em que esta é decidida, a sua previsibilidade pela família, o momento e a forma como esta é comunicada, os motivos apontados pelos profissionais, a forma como a saída é feita, assim como toda a fase em que é vivida a medida e o afastamento da criança da sua família, torna-se relevante vê-los através da perspectiva dos pais que, sendo agentes principais no processo de reunificação não podem ser desimplicados, pois sem o seu envolvimento dificilmente a criança poderá voltar para junto da família. Por outro lado, este processo, que tem por objetivo último a reunificação, é um desafio à capacidade de mobilização dos recursos internos e externos da família e é, também, um processo de resiliência, em que os indivíduos e a unidade familiar, procuram superar as adversidades. Desta forma, surgem duas grandes questões às quais procuramos responder: (1) qual é a perceção dos pais sobre a medida que levou à retirada do seu filho; (2) que relação existe entre a perceção das medidas de promoção e proteção e a capacidade de resiliência dos pais.

Face a isto, o presente estudo insere-se na área da proteção de crianças e jovens em risco, pretendendo-se contribuir para o estudo da resiliência no contexto dos processos de reunificação familiar. Partindo do estudo das perceções que os pais têm das medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e pelo tribunal, visa-se compreender qual a importância da perceção que os pais têm das medidas de promoção e proteção para o sucesso do processo de promoção e proteção com vista ao regresso da criança para junto dos pais. Com esta finalidade, enunciamos os seguintes objetivos do estudo:

- i. Estudar a percepção das medidas de promoção e proteção pelos pais biológicos de crianças com uma medida de promoção e proteção que tenha implicado a saída da criança da sua casa de família, nomeadamente, a medida de apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, acolhimento familiar e acolhimento residencial, e em que haja propensão do seu regresso a casa.
- ii. Estudar a relação entre a percepção das medidas de promoção e proteção pelos pais biológicos e a resiliência destes.
- iii. Contribuir para o aprofundamento do estudo do sistema de proteção de crianças e jovens em risco, nomeadamente no plano conceptual e empírico da aplicação das medidas de promoção e proteção e a percepção destas por parte das famílias das crianças, e do construto de resiliência individual dos pais de crianças retiradas e em que se prevê a reunificação familiar.

II. Metodologia do estudo

1. Tipologia do estudo

O presente estudo inscreve-se num desenho descritivo-correlacional, combinando as abordagens qualitativas e quantitativas na recolha e tratamento dos dados da investigação. Num primeiro momento descreve-se o estudo das perceções dos pais biológicos acerca das medidas de promoção e proteção, privilegiando uma abordagem qualitativa na realização e análise de entrevistas semiestruturadas aos pais. No segundo momento, no estudo da resiliência com base na aplicação da Escala de Resiliência Individual do Adult Resilience Measure do The Resilience Research Centre (RRC-ARM), a avaliação deste construto remete para uma abordagem quantitativa, mais consentânea com a aplicação de um questionário composto por uma escala do tipo Likert que prevê a apresentação de dados numéricos e, posteriormente, o estudo da relação entre a resiliência dos pais e a perceção das medidas de promoção e proteção.

2. Objetivos e hipóteses de investigação

O presente estudo, que se insere na área da proteção de crianças e jovens em risco, agrega os temas da perceção dos pais acerca das medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e pelo tribunal, da resiliência e da reunificação familiar. Assumindo a importância das perceções dos pais no processo de aceitação das medidas de promoção e proteção, no ajustamento perante a situação de retirada da criança, e as implicações que delas decorrem para o regresso da criança à família de origem, equacionamos os seguintes objetivos:

- i. Fazer a análise do modo como é percecionada pelos pais biológicos a medida de promoção e proteção que implicou a saída da criança da sua casa de família, nomeadamente, a medida de apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, acolhimento familiar e acolhimento residencial, sempre que haja a perspetiva do seu regresso a casa.
- ii. Avaliar a resiliência individual dos pais biológicos e estudar a sua relação com a perceção das medidas de promoção e proteção.
- iii. Contribuir para o aprofundamento do estudo do sistema de proteção de crianças e jovens em risco, nomeadamente no plano conceptual e empírico da aplicação das medidas de

promoção e proteção e a percepção destas por parte das famílias das crianças, e do construto de resiliência individual dos pais de crianças retiradas e relativamente às quais o projeto de vida prevê a reunificação familiar.

Atendendo a que a percepção das medidas de promoção e proteção pelos pais biológicos será estudada de forma exploratória, pretendendo-se descrever a perspetiva dos pais, não são elaboradas hipóteses. No entanto, tomando como orientação os estudos empíricos realizados no contexto espanhol, português e estoniano, respetivamente por Balsells et al. (2013, 2014), Balsells, Pastor, Mateos, Vaquero e Urrea (2015), Arizmendi (2017) e Arbeiter & Toros (2017), antecipamos que, em simultâneo com as necessidades expressas e o posicionamento dos pais perante a comunicação da medida de acolhimento e as experiências que lhe são inerentes (perdas, roturas, adaptação, transformação) transcorrem processos resilientes que podem permitir-nos identificar as forças e recursos que facilitam a resposta e ajustamento dos pais à situação.

Por conseguinte, no que se refere à resiliência individual dos pais biológicos e, posteriormente, à sua relação com a percepção que os pais têm das medidas de promoção e proteção, pretendem-se verificar as seguintes hipóteses empíricas (He):

He1: Existe uma relação entre a resiliência individual e a percepção das medidas de promoção e proteção pelos pais biológicos.

He2: Prevê-se observar uma relação entre os componentes de resiliência dos pais e as expectativas positivas para a reunificação familiar.

Na linha dos estudos de Lietz e Strength (2011), avançamos a hipótese de confirmar a relação positiva entre os padrões de funcionamento e de resiliência elevados das famílias que se reunificaram com os seus filhos. Nesta perspetiva, consideramos que os pais biológicos apresentarão na avaliação da resiliência individual pontuações elevadas, atendendo a que se tratam de progenitores, a quem é reconhecido capacidades para superarem as adversidades e mobilizarem os seus recursos internos, em prol da mudança, crescimento e regresso dos filhos ao ambiente familiar.

Inversamente, este estudo pretende refutar as seguintes hipóteses nulas (H0):

H01: Não existe uma relação entre a resiliência individual e a percepção das medidas de promoção e proteção pelos pais biológicos.

H02: Não se prevê observar uma relação entre os componentes de resiliência dos pais e as expectativas positivas para a reunificação familiar.

Devemos ainda considerar que os resultados obtidos podem ser influenciados por fatores ou fenómenos que não se enquadrem na hipótese empírica, designadamente a fatores que ficam aquém das premissas das nossas hipóteses e nos quais incluímos, entre outras variáveis, a relação estabelecida com os técnicos que acompanham a família, as dificuldades na compreensão da informação ou o nível de habilitações escolares.

3. Amostra

A amostra deste estudo integra pais biológicos de crianças acompanhadas por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) da região norte do país e a quem, no momento da investigação, estava aplicada uma das seguintes medidas de promoção e proteção: apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea; colocação em acolhimento familiar; colocação em acolhimento residencial e, havia perspetiva para a reunificação familiar.

3.1. Critérios para o recrutamento da amostra

Para o recrutamento dos participantes foram definidos os seguintes critérios de inclusão:

i) Ser pai/mãe biológico(a) de criança/jovem a quem esteja aplicada uma medida de promoção e proteção que implicou a sua saída da casa de família e em que o projeto de vida preveja o seu regresso a casa, nomeadamente:

(1) Medida de apoio junto de outro familiar e em que haja propensão do seu regresso a casa;

(2) Medida de confiança a pessoa idónea e em que haja propensão do seu regresso a casa;

(3) Medida de acolhimento familiar e em que haja propensão do seu regresso a casa;

(4) Medida de acolhimento residencial e em que haja propensão do seu regresso a casa.

ii) Residir na região norte do país.

Por sua vez, constituem critérios de exclusão:

i) Ser pai/mãe biológico(a) de criança a quem, atualmente, esteja aplicada a medida de apoio junto dos pais;

- ii) Ser pai/mãe biológico(a) de criança a quem, atualmente, esteja aplicada a medida para autonomia de vida;
- iii) Apresentar défice intelectual ou dificuldades elevadas de compreensão;
- iv) Não residir na região norte do país.

3.2. Caracterização da amostra

A amostra deste estudo é constituída por 15 pais biológicos, dos quais 13 (86,7%) são do sexo feminino e 2 (13,3%) do sexo masculino. O tamanho reduzido da amostra deve-se, essencialmente, à indisponibilidade e ausência de resposta das entidades para colaboração na investigação, e à indisponibilidade de alguns dos pais identificados e contactados pelas entidades para colaborar.

A idade dos participantes varia entre os 31 e os 54 (M=43,53 anos; DP=7,120). A maioria dos participantes é casado (40%) e apresenta habilitações literárias ao nível do 1º ciclo do ensino básico (53,3%), sendo que 86,6% dos participantes tem como nível de estudos máximo o 2º ciclo do ensino básico. Atendendo a questões de consideração pela eventual presença de minorias étnicas ou raciais, nenhum dos participantes referiu pertencer a qualquer grupo. A tipologia do agregado familiar mais frequente é casal com filhos (60%). Nos últimos 5 anos, 66,7% dos participantes mudou entre uma a duas vezes de casa. Considerando a situação económica dos agregados familiares dos participantes, 13 (86,7%) apresenta uma situação económica precária, em que se considera que os rendimentos com que a família conta, não são suficientes para fazer face às suas despesas e necessidades. Por sua vez, 6 (40%) dos participantes apresenta instabilidade no emprego, igual percentagem se verifica relativamente à presença de situação de desemprego no agregado familiar, e 8 participantes (53,3%) apresenta dificuldades na gestão dos recursos económicos. Atendendo às dificuldades económicas vividas pela maioria dos participantes, 7 (46,7%) recebe apoios por parte do estado, sendo que 1 (6,7%) usufrui do rendimento social de inserção (RSI), 5 (33,3%) recebe apoios da ação social, como bens alimentares, e 2 (20%) beneficia de subsídio de desemprego. Dos participantes, o número de filhos varia entre 1 e 5, sendo que a maioria tem 1 (26,7%) ou 2 filhos (26,7%), valores seguidos por 3 e 4 filhos, com a representação igual de 20%. 6 pais (40%) referem que os filhos apresentam problemas de saúde, entre os quais as perturbações psiquiátricas assumem maior expressão, representando metade das situações.

No que se refere a características relacionadas com a situação dos participantes no processo de promoção e proteção dos seus filhos, a maioria dos motivos que sinalizam os filhos em situação de perigo concerne a exposição dos filhos a modelos de comportamento que podem comprometer a sua segurança ou bem-estar (53,3%), entre os quais se pontua a exposição ao consumo de álcool de pelo menos um dos progenitores e a exposição a violência doméstica em 13,3% das situações. A negligência segue-se como o segundo motivo com maior representatividade para a sinalização, com 33,3%. Por sua vez, quanto às medidas atualmente aplicadas, a medida de acolhimento residencial representa 66,7% das situações, seguida da medida de apoio junto de outro familiar com 20%, e da medida de acolhimento familiar com 13,3%. A maioria dos participantes (80%) revela já terem sido aplicadas medidas anteriormente, sendo as medidas de acolhimento residencial, apoio junto de outro familiar e acolhimento familiar, as mais representadas, com 50%, 25% e 25%, respetivamente.

Sistematizando, apresentamos em seguida os dados referidos sobre a caracterização sociodemográfica no quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização sociodemográfica dos participantes

Características	N=15
Sexo	
Masculino	2 (13,3%)
Feminino	13 (86,7%)
Estado civil	
Solteiro	2 (13,3%)
Casado	6 (40%)
Divorciado	3 (20%)
União de facto	4 (26,7%)
Habilitações literárias	
1º Ciclo do ensino básico	8 (53,3%)
2º Ciclo do ensino básico	5 (33,3%)
Ensino secundário ou equivalente	1 (6,7%)
Outro: 3ª classe	1 (6,7%)
Tipologia do agregado familiar	
Casal e filho(s)	9 (60%)
Casal, filho(s) e outros elementos	2 (13,3%)
Mãe e filho(s)	3 (20%)

Outro: casal com filhos de uniões anteriores e outros elementos	1 (6,7%)
Mudança de casa nos últimos 5 anos	
0 vezes	5 (33%)
1 vez	6 (40%)
2 vezes	4 (26,7%)
Situação económica precária do agregado familiar	
Situação económica precária do agregado familiar	13 (86,7%)
Instabilidade de emprego no agregado familiar	6 (40%)
Desemprego no agregado familiar	6 (40%)
Dificuldade na gestão dos recursos económicos	8 (53,3%)
Apoios por parte do Estado no agregado familiar	7 (46,7%)
RSI	1 (6,7%)
Ação social	5 (33,3%)
Subsídio de desemprego	3 (20%)
Grupo de minoria étnica ou racial	
Grupo de minoria étnica ou racial	0 (100%)
Nº de filhos	
1	4 (26,7%)
2	4 (26,7%)
3	3 (20%)
4	3 (20%)
5	1 (6,7%)
Pais com filhos com problemas de saúde	
Diabetes	1 (6,7%)
Fala	1 (6,7%)
Perturbações psiquiátricas	3 (20%)
PHDA	1 (6,7%)
Situação de perigo sinalizada	
Negligência	5 (33,3%)
Exposição da criança ou jovem a modelos de comportamento que possam comprometer a segurança e bem-estar (ex.: situações de violência doméstica, consumo de substâncias, atividades ilícitas)	8 (53,3%) Consumo de álcool – 8 (53,3%) Violência doméstica – 2 (13,3%)
A criança ou jovem assume modelos de comportamento ou entrega-se a atividades que afetam o seu bem-estar (ex.: envolvimento em situações de violência, consumo de substâncias, prostituição, fuga de casa)	4 (26,7%) Fuga de casa – 3 (20%) Consumo de substâncias – 1 (6,7%)
Absentismo ou abandono escolar	3 (20%)
Maus-tratos físicos, psicológicos ou abuso sexual	0 (0%)
Prática de crime	1 (6,7%)

Medida aplicada atualmente	
Apoio junto de outro familiar	3 (20%)
Acolhimento familiar	2 (13,3%)
Acolhimento residencial	10 (66,7%)
Medidas aplicadas anteriormente	
Apoio junto dos pais	2 (16,7%)
Apoio junto de outro familiar	3 (25%)
Acolhimento familiar	3 (25%)
Acolhimento residencial	6 (50%)

4. Instrumentos

Neste estudo foram utilizados como instrumentos de recolha de dados, uma entrevista semiestruturada, cujo guião foi expressamente elaborado para o estudo, e o questionário Adult Resilience Measure do The Resilience Research Centre (RRC-ARM) de Ungar, Liebenberg e colaboradores (Resilience Research Centre, 2013) e da versão brasileira do RRC-ARM de Mantovani (2015). Após consulta de ambas as versões foi decidido proceder à tradução e adaptação dos itens para a aplicação no contexto português.

4.1. Entrevista semiestruturada

As entrevistas semiestruturadas são frequentemente utilizadas no campo da investigação qualitativa, sendo caracterizadas por um conjunto de questões abertas, das quais, no decorrer da entrevista, emergem outras, dinamizando e criando fluência no diálogo entre o entrevistador e o entrevistado (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006). No contexto do presente estudo, foi elaborado um guião para a entrevista semiestruturada que procurou explorar a perceção das medidas de promoção e proteção pelos pais (anexo A), seguindo a linha cronológica desde a comunicação da medida, a compreensão da medida, a vivência da medida, e as expetativas em relação à reunificação familiar. Estimou-se que a duração da entrevista seria aproximadamente de 30 minutos.

4.2. Questionário RRC-ARM

Com vista a avaliar a resiliência dos pais, optou-se pelo RRC-ARM pelo facto de este considerar amplamente o contexto cultural em que o indivíduo está inserido, tornando-o versátil e adequado

para contextos em que exista vulnerabilidade social. O RRC-ARM trata-se de uma versão adaptada para adultos, com idade igual ou superior a 23 anos, do Child and Youth Resilience Measure (CYRM) do International Resilience Project (IRP) do RRC, que, dependendo da versão, pode ser aplicado a crianças ou jovens com idade entre os 5 e os 23 anos (Resilience Research Centre, 2013). Quer o CYRM, quer o RRC-ARM, procuram avaliar características indicadoras de resiliência ao nível individual, relacional, comunitário e cultural (Resilience Research Centre, 2013). O RRC-ARM está disponível na versão de 28 e de 12 itens, e em função das características dos participantes, em particular do seu nível de compreensão, pode-se optar por uma escala tipo Likert de 3 pontos ou de 5 pontos. Para efeitos do estudo, optamos pela versão do instrumento com 28 itens e pela escala tipo Likert de 5 pontos, com vista a obter maior diferenciação das respostas. A administração do RRC-ARM-28 tem a duração prevista de 15 minutos (Resilience Research Centre, 2013).

A estrutura deste instrumento torna possível aprofundar os processos de resiliência individual com o tema de investigação. Na sua versão original, o RRC-ARM, contempla três secções: a secção A, em que se procede ao levantamento dos dados sociodemográficos; a secção B, que compreende a realização de um grupo focal, em que é explorado o tema que se pretende relacionar com a resiliência, e a partir do qual se extrai um pequeno conjunto de 8 a 10 itens formulados em afirmações que servem de base à escala específica da secção B; finalmente, a secção C, com a escala pré-definida que avalia a resiliência individual. No contexto do presente estudo, adaptou-se a estrutura do questionário, sendo o mesmo constituído pelas seguintes secções (anexo B):

- i. Secção A: Levantamento dos dados sociodemográficos;
- ii. Secção B: Levantamento de dados relacionados com o agregado familiar e registo de medidas de promoção e proteção;
- iii. Secção C: Escala tipo Likert de 5 pontos pré-definida, com afirmações que avaliam a resiliência individual de adultos.

Tendo em consideração a tradução do RRC-ARM-28 para português de Mantovani (2015), no contexto brasileiro, procedeu-se à tradução dos itens da sua versão original em inglês para o português. Após tradução e comparação de traduções, o instrumento traduzido foi dado a rever a três técnicos que trabalham com famílias com características semelhantes às dos participantes a quem seria aplicado o instrumento. Estes três técnicos, trabalhavam à data da realização do estudo em CPCJ's da região norte do país, possuindo formação na área do Serviço Social,

Educação e Psicologia, sendo que o grau de formação variou entre a licenciatura e o grau de doutoramento. Após revisão dos técnicos, procederam-se a alguns ajustes na formulação dos itens, no entanto, procurando-se, sempre, não alterar o seu significado.

O RRC-ARM-28 carece, até ao momento, de análises exploratórias mais aprofundadas, no entanto os autores do instrumento entendem que, atendendo a que este provém do CYRM-28, o mesmo apresenta três sub-escalas: recursos individuais, relações com os cuidados primários, contexto e sentimento de pertença (Resilience Research Centre, 2013). Estas subescalas apresentam, ainda, subconjuntos de questões, que permitem avaliar a subescala de recursos individuais ao nível dos cuidados pessoais, suporte de pares e competências sociais; a subescala da relação com os cuidados primários, no que se refere aos cuidados físicos e cuidados psicológicos; e a subescala de contexto e sentimento de pertença, a nível espiritual, cultural e educação (Resilience Research Centre, 2013). A leitura dos resultados deste questionário sugere que quanto maior for a pontuação na escala da resiliência individual, mais componentes de resiliência estão presentes da vida dos participantes (Resilience Research Centre, 2013).

5. Procedimentos

Para o recrutamento da amostra, foram contactadas 20 CPCJ e 4 CAFAP's da região norte do país, tendo colaborado na investigação 4 CPCJ's e 2 CAFAP's. As entidades colaboradoras identificaram dentro dos agregados familiares que acompanhavam, os pais que cumpriam os critérios de inclusão para a amostra. O contacto com os pais realizou-se com a mediação das entidades, tendo sido combinados os encontros para as entrevistas em local conveniente para estes, decorrendo os mesmos nas instalações das CPCJ e CAFAP ou em casa dos pais.

O encontro com os pais compreendeu a realização da entrevista com vista a explorar a perspectiva que estes tinham sobre as medidas de promoção e proteção e a resposta ao questionário RRC-ARM. Na realização dos encontros com os pais, em duas situações estiveram presentes casais, sendo a entrevista elaborada em conjunto, no entanto cada um preencheu um questionário RRC-ARM.

No início da entrevista, após explicação dos objetivos e procedimentos, foi solicitado o termo de consentimento informado e o pedido de autorização para a gravação áudio da entrevista. Após realização da entrevista, os pais preencheram o questionário. Para o preenchimento do questionário, frequentemente, os pais solicitaram auxílio da investigadora para a leitura dos itens.

No âmbito do tratamento dos dados, as gravações áudio das entrevistas foram transcritas e, posteriormente analisadas recorrendo ao software Atlas.ti 8, à luz das fases cronológicas da análise de conteúdo de Laurence Bardin, iniciámos pela pré-análise dos dados, procedendo em seguida à sua organização, codificação e, posteriormente, ao tratamento dos resultados (Bardin, 2011). Por sua vez, o tratamento e análise de dados do questionário foi completado através do recurso ao software IBM-SPSS Statistics, versão 24, embora limitado às estatísticas descritivas, atendendo ao tamanho da amostra.

6. Considerações éticas

Atendendo à natureza da temática abordada no presente estudo e ao facto de a investigação recorrer à recolha dos testemunhos dos pais que estão a passar por um processo altamente desafiante e sensível, torna-se relevante assegurar que o estudo minimiza eventuais problemas éticos, respeitando a dignidade da pessoa humana e contribuindo para a qualidade da investigação.

Todos os participantes foram informados dos objetivos e detalhes da sua participação, assegurando-se a sua livre e voluntária participação, e obtido o seu consentimento informado (anexo C). Foi garantido o anonimato e confidencialidade dos dados aos participantes, e solicitada a autorização para a gravação do áudio da entrevista. As gravações do áudio foram eliminadas após transcrição. O anonimato foi também preservado mediante a atribuição de um código, sendo a codificação do conhecimento exclusivo da investigadora principal. Nas transcrições das entrevistas, não são apresentados nomes de pessoas ou de localizações, sendo os mesmos representados por a letra inicial. Os dados obtidos serão apenas utilizados no âmbito desta investigação e para propósitos científicos. Os investigadores responsáveis declararam não ter conflitos de interesse no âmbito desta investigação.

De acordo com as normas, foi pedido parecer à Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho (processo SECSH 015/2017), tendo o projeto merecido a sua aprovação e parecer favorável (anexo D).

III. Apresentação dos resultados

Na continuação do tratamento dos dados obtidos, apresentamos abaixo os resultados da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os pais e os resultados relativos à medida de resiliência aplicada junto dos mesmos.

1. Resultados da análise das entrevistas

Atendendo à variedade dos dados qualitativos, que no presente estudo refletem a diversidade das vivências dos pais cujas crianças foram retiradas, procedemos à análise de conteúdo, dando início a uma sequência de operações articuladas com vista à codificação das respostas em unidades de significado que, por sua vez, possibilitam a sua organização em conceitos-chave do nosso quadro teórico. Neste sentido, a análise de conteúdo opera de um nível mais analítico de identificação ou extração de unidades de significado para um nível mais dedutivo de atribuição de significado à luz dos referenciais e constructos teóricos. Parafraseando Gibbs (2009), esta técnica concede-nos a possibilidade de ter uma visão simplificada ao nível da quantidade e formato dos dados, e o seu enquadramento conceptual.

A nossa análise do conteúdo das entrevistas realizadas aos pais resume-se no sistema de categorias apresentado no quadro 2. Pretendendo refletir a melhor correspondência entre as percepções e as vivências relatadas pelos pais em relação à medida aplicada e os conceitos-chave, a organização do conjunto de categorias propõe a distinção de categorias e de subcategorias, de modo a ajustar a diferenciação de conceitos relacionados. Sucintamente, abaixo apresentamos o mapa de categorias e subcategorias com a respetiva descrição dos conceitos que refletem a percepção dos pais em relação à comunicação das medidas e a sua vivência (Quadro 2).

Quadro 2 - Definição das categorias e subcategorias de análise do conteúdo das entrevistas

Categoria e subcategorias	Descrição
Comunicação da medida	A comunicação da medida agrega os temas relacionados com o conteúdo da medida, os motivos referidos pelos técnicos e como estes são reconhecidos pelos pais, a previsibilidade da aplicação, a percepção da sua legitimidade, as expectativas do que vai acontecer e aspetos referentes à duração da medida.
Conteúdo	Compreende a tipologia da medida aplicada e a referência a informações relativas às suas características e implicações.

Motivos	Refere-se aos motivos que levaram à aplicação da medida, podendo a família reconhecer-lhes legitimidade ou adequação.
Expetativa da aplicação	A aplicação da medida que leva à retirada da criança pode ser esperada pela família pelo decorrer dos eventos ou, pelo contrário, ser imprevisível.
Legitimidade	Apesar de não ser feita referência à aceitação inicial da aplicação da medida, pode ser reconhecida alguma legitimidade à adoção da mesma, atendendo aos motivos apontados e/ou reconhecidos.
Duração da medida	Compreende as referências acerca de período determinado para a duração da medida, acompanhando-se de expetativas em relação ao fim da medida que podem ser afetadas com o seu prolongamento.
Vivências da separação	A vivência da separação é geradora de sentimentos de perda nos pais, sendo superada pela capacidade autónoma de análise, de mobilização de respostas adaptativas e de expetativas positivas em relação ao regresso dos filhos e da procura de apoio social.
Vivências da perda	Compreende os sentimentos de dor, o stress e desconforto na família, conduzindo à vivência de choque, revolta, tristeza e, por vezes, sentimento de injustiça.
Vivências de mudança	Respeita a mudança das atitudes e reações emocionais à aplicação da medida, dando sinal das transformações desencadeadas pela medida e o reconhecimento dos motivos que levaram à saída dos filhos.
Expetativas para a reunificação	Refere-se às expetativas relacionadas com o fim da medida e o regresso do filho a casa, nomeadamente para quando o preveem e o que terá de acontecer para que tal se concretize.
Qualidade da relação com os técnicos	Compreende os aspetos que caracterizam a qualidade da relação estabelecida com os técnicos ao nível das interações e suporte.
Afetos e Empatia	Refere-se ao tom afetivo e à compreensão empática da posição e necessidades da família no momento da saída dos filhos veiculadas nos contactos com os profissionais envolvidos na aplicação da medida.
Suporte instrumental	Considera a perceção do suporte dado pelos técnicos em aspetos relativos à intervenção, nomeadamente informação, orientações e disponibilização de recursos materiais.
Suporte emocional	Compreende o suporte ao nível emocional, através do encorajamento e escuta das preocupações, reconhecimento do papel e das funções parentais.
Processos adaptativos de resiliência	O confronto com a saída dos filhos conduz a um conjunto de processos de adaptação e ativação dos recursos de resiliência, nos quais se torna importante a identificação de mudanças, as crenças e expetativas da família sobre as suas capacidades e recursos, a consciência das dificuldades, o apoio percebido da rede formal e informal, e a forma como é percecionada a sua participação e envolvimento nas decisões.
Identificação da(s) mudança(s)	Identificação de mudanças ocorridas com a aplicação da medida, podendo estas incidir em alterações centradas na criança ou jovem, nos próprios pais ou no contexto familiar.

Crenças e expectativas positivas nas capacidades e recursos dos filhos e da família	Compreende a ideia que os elementos da família e a família é capaz de superar esta fase, podendo estar presente a crença de não precisar de ajuda ou de no futuro esta já não ser necessária.
Consciência das dificuldades	Compreende as dificuldades identificadas e assumidas pelos pais ao longo da medida e relativamente ao futuro. Alguns pais podem apresentar uma maior consciência e capacidade para as verbalizar autonomamente e de as considerar como um processo de crescimento e capacitação.
Apoio percebido na rede formal e informal	Refere-se ao apoio recebido pelos pais a nível formal e a nível informal. O apoio da rede formal, ao nível dos técnicos e serviços pode ser percebido como importante ou desvalorizado pelos pais. Por sua vez, o suporte proveniente da rede informal ao nível da família, amigos e comunidade podem constituir uma ajuda para ultrapassar os momentos mais difíceis para a família.
Participação e envolvimento nas decisões	Descreve a forma como os pais se sentem e são ou não envolvidos durante todo o processo, ao nível da sua participação na tomada de decisões, se são escutados e a sua opinião e necessidades são tidas em consideração.
Processos de empoderamento e participação social	Estes processos referem-se ao desejo de poder ajudar outros pais, após a vivência de uma situação da qual a família saiu fortalecida e tem a perceção de ter superado das adversidades.
Apoio a outros pais	Traduz a posição dos pais à possibilidade de participarem como família numa rede de apoio e prestarem apoio a outros pais que tenham passado por uma situação semelhante à sua.
Participação em grupos de pais	Subentende a abertura dos pais para participarem em grupos de pais.
Valor atribuído à intervenção grupal	Refere-se ao valor atribuído aos grupos de pais, nomeadamente se são vistos como momentos de partilha de experiências, reflexão e suporte ou se não lhes é reconhecida importância no processo de reunificação.

1.1. Comunicação da medida

Quando é comunicada a medida, por norma os pais são informados e esclarecidos quanto à tipologia da medida aplicada, neste contexto tendo sido aplicadas as medidas de apoio junto de outro familiar, acolhimento familiar e acolhimento residencial, fazendo alguns pais referência à ao processo em que, juntamente com os técnicos procuraram ver a melhor solução. Em contrapartida, também é feita referência a situações em que a medida é aplicada sem ser explicado o seu conteúdo, nomeadamente em que consistia e como funcionaria, estando nestas situações associado a decisões aplicadas em sede de tribunal, em que não é necessária a autorização dos pais, em contrário ao que se procede junto das CPCJ, salvo situações de carácter urgente.

“Sim, sim, eu conversei com a doutora... ela explicou-me tudo [sobre como funcionava a medida]. Nós estivemos todas a conversar.” [Mãe]

“A Dra. J. explicou-me que era melhor ir para a família de acolhimento do que para um colégio... que ia fazer tudo, por tudo, para ele ficar numa família de acolhimento...” [Mãe]

“Achei melhor uma família de acolhimento do que ir para um colégio...” [Mãe]

“Não, não, aqui ninguém conversou connosco [sobre a medida]. Nós fomos chamados a tribunal e, nesse mesmo dia, trataram logo de os despachar daqui para fora. (...) Tiraram-nos e não nos disseram nada!” [Pai]

Os motivos apontados pelos técnicos, que levam à aplicação da medida, nem sempre são reconhecidos e compreendidos pelos pais, no entanto, alguns pais identificam situações no seu contexto que prejudicavam o bem-estar dos filhos, nomeadamente situações de exposição a violência doméstica, alcoolismo pela parte de pelo menos um dos progenitores e falta de meios de subsistência, e dificuldades em lidar com os filhos, especificamente quando estes apresentam comportamentos desviantes, absentismo escolar ou problemas de saúde. A maioria dos motivos apontados incidem sobre características ou comportamentos dos filhos.

“O N. foi primeiro para lá por causa dos diabetes... depois a seguir foi o S.. (...) Dos diabetes e o pai que não queria saber e, depois, ralhava muito comigo na frente deles... e ele às vezes não picava o dedo, não tomava a insulina... (...) Foi por causa do pai, de ele andar a beber e bebia de mais, chegava... e depois o J. (marido) podia-me bater e eles não podiam estar a ver...” [Mãe]

“Fui eu mesma que pedi ajuda (...) Eu estava a ser seguida no hospital, pela Dra. S. da Segurança Social (...) eu já fui muitas vezes para o hospital porque eu tomava medicação a mais, porque é assim, eu estava cheia! Eu pensava muitas vezes no meu filho... eu assim, “se eu faço alguma coisa, com quem é que ele fica?”o pai não está aqui presente, se não tiver a mãe, o F. vai andar ali aos empurrões mas na hora a gente não pensa, toma tudo e mais alguma coisa... (...) Tinha de ser, senão o F. morria à fome! Ou eu tinha uma força, ou eu acabava comigo e o F. ficava abandonado, ou o F. morria à fome...” [Mãe]

“(...) eu já sabia que o B. não andava bem. Então, mal o B. caiu na proteção de menores, eu pensei que aí também já me podia abrir sem medo de ser mãe e ver que o B. precisa de ajuda... nos comportamentos do B. ... nas respostas que o B. dava à mãe, nos

comportamentos na escola... O B. estava a repetir o 3º ano do 5º ano (...) descobri que uma vez o B. fumou umas drogas...” [Mãe]

A comunicação e eventual aplicação da medida pode surgir na sequência de várias advertências dos técnicos com papel de decisão, sendo, assim a retirada da criança ou jovem expectável para a família, embora difícil de enfrentá-la no momento em que efetivamente se concretiza. Para alguns pais, a aplicação da medida era inesperada e procedeu-se de forma repentina.

“Começaram as doutoras a andar em cima, em cima e... e depois tiraram-me o menino. (...) A Dra. J., elas, pronto, já tinham avisado, já tinham ido lá a casa, ajudaram-nos com os alimentos e, entretanto, começaram a dar mais em cima, não é? (...) chamaram-nos aqui e disseram que iam tirar o M. e para me tratar eu e o pai, se não, ia para tribunal logo.” [Mãe]

“(...) eu ainda não sabia que eles iam para um colégio (...) e então acho que foi a Doutora aqui do tribunal que mandou a polícia ir buscá-los... e eu disse “oh doutora não era preciso...”, eu nem sabia o dia em que eles iam... nem sabia, nem nada, não me deram informações nenhuma. (...) foi decido de repente...” [Mãe]

Por sua vez, e, embora os pais não façam referência à compreensão ou aceitação da medida no momento em que esta é comunicada, alguns pais reconhecem legitimidade à sua aplicação, tendo por base o reconhecimento de alguns motivos apontados e a visão desta como algo gerador de mudança. Outros pais, não lhe reconhecem legitimidade, frisando que não foi a melhor solução, referindo não compreender o porquê da sua aplicação.

“Foi! Foi, sim senhora! Costuma-se dizer que há males que vêm por bem, não é? (...) Sim, um mal que veio por bem, porque, prontos, foi um “abre olhos” para a gente, não é? Nós estávamos a enterrar-nos, enterrar-nos, enterrar-nos...” [Mãe]

“(...) foi a melhor solução que eu arranjei... porque eu estava a passar por muita coisa e não queria fazer mal ao meu filho. (...) Para não fazer mal ao F., foi a melhor solução.” [Mãe]

“Não sei, eu não acho nada porque eu não sei porquê... (...) Eu não sei, eu... em vez de me ajudar, tiraram-me mais. (...) Em vez de ajudar... [lágrimas] puseram-me mais na ruína.” [Mãe]

A medida de promoção e proteção compreende um determinado período de duração, na qual são feitos esforços para subtrair o perigo para a criança ou jovem. Alguns pais referem que foram informados do tempo previsto para a duração da medida, contrastando com outros pais que revelam não ter sido informados da duração prevista. É frequente a prorrogação da medida, o que prolonga o tempo da duração da mesma, no que alguns pais referem que as suas expectativas frustradas e outros vêm a continuidade da duração da medida como algo positivo.

“Não, não, não disseram quanto tempo eles iam ficar, nem nada...” [Pai]

“Sim, o contrato é de um ano... por o que eu me apercebi, era o ano que estava a correr, prontos... em agosto a doutora ligou-me a perguntar se eu queria que ele continuasse ou se eu queria que ele viesse embora, eu disse que não... 3 meses o que é que dá? Não dá! Eu disse “não, o B. vai continuar” e disse “B. tu vais continuar... vamos falar com a Doutora e tu vais dizer que queres continuar” e viemos aqui e ele disse que ia continuar... não é que o B. quisesse [risos]...” [Mãe]

“(...) a doutora juíza veio ter comigo e a juíza disse “Dona S., agora os seus filhos vão passar umas férias”, eu disse “tá bem, doutora”, umas férias tudo bem, pensei umas férias, um mês ou dois meses, mas não, foram umas férias de três, quatro anos. (...) houve uma vez que eu desisti mesmo... (...) disse à doutora “acabou, não quero mais nada com vocês... vocês não me dão os meus filhos, vocês estão sempre a adiar... que eles vêm, que eles vêm e nunca mais vêm...”. Doutora, o tempo parecia que não passava...” [Mãe]

1.2. Vivências da separação

O momento em que ocorre a separação revela-se um momento em que os pais são confrontados com sentimentos de perda pela retirada dos filhos, marcados pela vivência de sentimentos de revolta, raiva, choque, tristeza e injustiça, sendo para alguns deles um momento muito doloroso de recordar.

“Raiva! Acho que os meus filhos não precisavam de... não é isso (pausa). Acho que não precisavam de fazer o que fizeram aos meus filhos. (...) Senti raiva e se pudesse matá-los e meter uma bomba lá dentro, metia. (...) a minha mãe começou aos gritos, eu comecei aos gritos, na altura não queríamos deixá-los ir... (...) Eu também explodi, eu também

explodi... (...) Disse que não deixava os meninos ir... (...) senti-me revoltada, doutora... se eu pudesse matar, até à juíza eu lhe disse que a metia pelas escadas a baixo do tribunal (...).”
[Mãe]

(...) eu já sabia que ele tinha de ir... só que quando vieram buscar o menino eu fiquei assim um bocadinho chocada. (...) Chorei muito... a minha mãe dizia para eu me acalmar... e eu “acalmo-me o quê? Vou ficar sem o meu menino, vou ficar sem o meu menino!”. (...) a vir embora não chorei lá à beira do menino por causa do diabetes, mas depois no fim a vir embora no carro, chorava, chorava, chorava. Quando cheguei a casa só tomei um banho e fui para a cama, não quis comer... faltava-me o meu menino aqui. O meu S. fazia-me festinhas e dizia “não chores mamã, não chores, o nosso N. vem mamã, o nosso N. vem”. (...) Nos primeiros dias, chorava de manhã até à noite... [Mãe]

“Ouvir... nem quero que me lembre... (...) Foi um choque também... (...) Eu estive quatro meses sem entrar no quarto dele, o quarto dele é apegado ao meu... e eu não conseguia limpar o quarto dele. Quatro meses assim na sala, nem passava para aquele lado... foi difícil.” [Mãe]

Após o efetivar da aplicação da medida, os pais apontam para a passagem de uma fase em que são desencadeadas transformações que vão facilitando o ajustamento à medida, tendo referido a passagem do tempo como um fator que ajuda na adaptação à nova realidade, assim como os contactos com os filhos, em que há a partilha do dia-a-dia como facilitador, a postura positiva dos filhos perante a situação. É também referida a reflexão sobre a situação e o reconhecimento da necessidade de lutar para a alterar, assim como, em algumas situações, o reconhecimento dos motivos que levaram à saída dos filhos.

“Os primeiros meses, digo-lhe, os primeiros meses dizia que eles não tinham ajudado nada, que eles só queriam os meus filhos para eles (...) Depois lá me fui acalmando, quando eles vieram para casa passar os fins-de-semana, depois quando eles vieram passar as férias, já via os meus filhos mais calmos, já via os meus filhos mais direitinhos... (...) Dantes eu dizia para ele ir para o colégio e ele dizia que não ia, mas depois punha-se a pé e lá ia, é diferente agora. (...) Depois lá eu ligava-lhe e perguntava o que estava a fazer lá e ele dizia que estava a fazer atividades e que “óh mãe, eu queria estar aí”. Ele diz isto, mas está lá e quer estar aqui e está aqui e quer estar lá. Ele também já está habituado a estar lá, ele quando está cá fica com saudades dos colegas. E agora, já me mentalizei na cabeça de que ele tem de estar lá para se tratar, porque ele sabia... ele um dia virou-se para mim e disse

“mãe, não te preocupes, não chores que eu vou e volto... eu vou para lá para me tratar, sabes que eu sou doente, eu tenho de me tratar” e eu “está bem filho!” [Mãe]

“Custou-me muito, não digo que não... e deu-me ali um foco e pensei “já perdi um, não vou perder o outro”... por minha culpa...” [Mãe]

“Depois comecei a ir visitá-lo... e assim, já ganhei um bocado de força, mas custou-me muito!” [Mãe]

Com a vivência da medida, começam a ser elaboradas expectativas em relação ao fim da medida e o regresso do filho a casa, tendo os pais associado o regresso a casa dos filhos com perspectivas de estabilidade no contexto familiar (ex.: emprego, tratamento de alcoolismo), com a expectativa de o filho ter sucesso a nível escolar. Em contraste, alguns pais perspectivam a continuidade na casa de acolhimento dos filhos até que estes atinjam a maioridade de idade, enquanto que outros referem só acreditar no regresso do filho quando este acontecer.

“Mesmo para o ano, se acabar o contrato do ano que a gente faz, eu vou ver, mas vou fazer com que o B. continuasse, eu gostava que ele continuasse... (...) é assim, o B. agora tem de fazer este 6º ano e tem que de passar, porque se não passar... eu aí já disse ao B., “B. vou-te aceitar em casa, se tu passares, porque se tu não passares quer dizer que tu não te esforçaste”. Só quero que ele passe... porque se ele passar, eu vou querer que ele volte para casa e vou-lhe dar mais uma oportunidade para ele continuar à minha beira e na escola, se ele não passar, isso quer dizer que ele não se esforçou, porque eu sei que ele consegue!” [Mãe]

“A mim custa-me, a mim custa-me acreditar (no regresso). E só acredito, quando ele estiver aqui! Eu nem na juíza acredito! (...) É, só quando acontecer, porque eu esperanças, não tenho...” [Mãe]

1.3. Qualidade da relação com os técnicos

A qualidade da relação estabelecida com os técnicos é marcada pela referência ao tom empático destes e ao suporte dado a nível instrumental e emocional. Os pais apontam a falta de empatia por parte dos técnicos para com a situação e necessidades da família, sendo referidas, em algumas situações, agressividade e desproporcionalidade na abordagem dos técnicos à família no momento da retirada dos filhos. A par disto, alguns pais referem que a forma como a

informação lhes é transmitida deveria ser feita de forma diferente, com maior atenção às suas necessidades, consideração pelos seus sentimentos e dificuldades em compreender determinados termos técnicos, o que poderia ajudar a aceitar melhor a situação.

“Haaa, falaram um bocado cruas. Não foram verdadeiramente bondosas, se é que eu posso dizer, principalmente uma, que ainda hoje não engulo....(...) falarem-me de outra forma e abordar de outra forma, como as doutoras desta Comissão, me abordaram e me falaram, acho que eu aí iria aceitar melhor aquela situação. (...) elas foram mesmo muito agressivas. Elas vieram com aquele instinto de má! Eu acho que quando você vai com uma ideia que é e é, tem de ser...” [Mãe]

Em termos do suporte instrumental dado pelos técnicos, os pais fazem referência essencialmente a apoio ao nível do desenvolvimento da formação pessoal e profissional, incentivando e apoiando a procura de emprego e frequência de cursos profissionais, e em bens alimentares. Os pais tendem a valorizar este tipo de suporte concreto e materializado.

“(...) elas arranjam-me um curso que era para eu ocupar a cabeça...” [Mãe]

“Foi em massa, arroz, feijão... [sobre o apoio dado pelos técnicos]” [Mãe]

Considerando-se o suporte emocional dado pelos técnicos, os pais fazem referência aos incentivos dos técnicos, escuta de preocupações, partilha de dificuldades em lidar com os comportamentos dos filhos. O suporte emocional dado pelos técnicos é também referenciado como algo que ajuda a família a enfrentar as adversidades e a reagir após momentos em que lhes apetece desistir.

(...) As doutoras da C. (CAFAP) que nunca me deixaram ir a baixo... eu muitas disse “vou a baixo!”, a Dra. T., a Dra. F., a Dra. M., elas disseram-me para ter calma, eu dizia-lhes que elas me roubaram os filhos e elas diziam que não foram elas...(...) E houve uma vez que eu desisti mesmo... (...) Depois, elas lá me ergueram e eu me consegui erguer, lá fui ao tribunal, eu, a Dra. M. e a Dra. C. e entregaram-me tudo, entregaram-me os meus filhos... eu tive a guarda deles.” [Mãe]

1.4. Processos adaptativos de resiliência

A vivência da saída dos filhos é geradora de processos de adaptação e ativação dos recursos de resiliência da família, nos quais a identificação ou não de mudanças permite a atribuição de significados positivos ou negativos. A maior parte dos pais identifica mudanças nos seus filhos, ao nível das suas características físicas, psicológicas, nos cuidados pessoais, no seu comportamento e na situação escolar. Alguns pais revelam que a aplicação da medida levou a que mudassem comportamentos (ex.: alcoolismo) e a mudanças no contexto familiar (ex.: emprego, mudança de casa). Enquanto que uma mãe refere não ver mudanças positivas com a aplicação da medida.

“Sim, a começar uma vida nova, foi o que deu... (...) Eu a partir do momento em que o menino saiu de casa, eu disse que a partir daquele dia não bebia mais! (...) eu não trabalhava, eu não tinha autoestima, eu não tinha nada, não tinha nada... prontos... hoje, tenho tudo. Tenho o meu filho e tenho de pensar nele... (...) Acho que o ajudou muito, a evoluir muito... na maneira de ser na escola, ele está outra criança.” [Mãe]

“Não, pouco mudaram... Não houve muitas mudanças. (...) Nem para mal, nada. É igual. (...) Sei que agora a miúda está muito atrasada na escola, o miúdo está... vamos ver... ele enquanto esteve comigo nunca chumbou e este ano é capaz de chumbar. Ele até agora só tinha duas negativas e agora está com três... Ele se perder o ano é por culpa dela, da Dra. I., porque ele está lá contra a vontade.” [Mãe]

A ideia de que os elementos da família e a família é capaz de superar os desafios que estão a viver, conduz ao desejo de no futuro não necessitar do apoio dos técnicos, recuperando a sua autonomia e capacidade de dar resposta às necessidades dos filhos.

“(...) estou à espera dele, estou a ver a minha vida para a frente sem problemas nenhuns e, sinceramente, sem a ajuda das doutoras... Quero tentar não precisar das doutoras para me apoiar... aos pouquinhos. É isso que eu quero mesmo. Em primeiro lugar quero o F. para mim e depois de ter o F. para mim, o resto vai aos bocadinhos. Trabalho tem lá na fábrica, tenho contrato... só é complicado é o viver longe, vamos ver se arranjo uma casa mais perto.” [Mãe]

Por conseguinte, ao nível da consciência das dificuldades, que pode resultar num facilitador do processo de adaptação e empoderamento através da identificação de eventuais receios e pontos em que se sentem menos seguros, a maioria dos pais refere não sentir nem antecipar

dificuldades, sendo notória alguma apreensão na verbalização de eventuais receios que possam sentir. Em contrapartida, alguns pais identificam dificuldades associadas a outros membros do agregado familiar, sendo exemplo o consumo de álcool do companheiro, e em si, com o receio de recair no consumo de álcool. Uma mãe referiu, ainda, o eventual desafio representado pelo regresso do companheiro e a ideia de que, durante este período em que tiveram afastados, todos estão diferentes.

“Eu não tenho dificuldades nenhuma!” [Mãe]

“Não, não, não tenho tido... (...) É ele, o meu companheiro... se ele tivesse... se ele fosse... como eu estou a ser, a ter força, mas o vício é mais do que ele... mas tudo bem... só falta mesmo o meu filho estar em casa, de resto tudo excelente... é ou não é? Que se vai fazer?!” [Mãe]

“Tenho e disse isso antes de sair da comunidade à Dra. D. ... o meu medo de vir cá para fora é o álcool! (...) Sim, o meu medo não é trabalho ou ter uma casa sozinha, é o álcool! Porque a gente para onde vai, tem o álcool em cima da mesa... nos supermercados, em todo o lado! E o álcool leva-nos o dinheiro, destrói-nos a vida, lares... perder os filhos...” [Mãe]

“Hummm, não sei... mais difícil para mim... (...) ir e ir vendo... ir fazendo as coisas à medida que a gente vai andando. O que está mal é para se fazer... (...) Não, é difícil... mas, por exemplo, eu acho que o que vai ser mais difícil para nós, vai ser depois, não é a reorganização entre nós os quatro, é... quando o F. vier [encontra-se numa comunidade terapêutica], ele vai vir diferente, nós estamos diferentes...” [Mãe]

A forma como os pais são mais ou menos capazes de enfrentar esta nova fase da sua vida e superá-la pode ser em grande escala influenciada pelo apoio percebido na sua rede formal e informal.

Relativamente ao apoio da rede formal, os pais referem o apoio dos técnicos da CPCJ e do CAFAP, assim como de profissionais como psicólogos e técnicos do sistema de saúde. Dois dos pais referem não querer o apoio dos técnicos juntamente com a desconfiança das intenções dos técnicos no que se refere ao eventual regresso dos filhos, acrescentando que o apoio recebido por parte das entidades que os acompanham não tem respondido às necessidades da família. Considerando o apoio na rede informal, alguns pais referem a ausência de apoio por parte da

família alargada, amigos e comunidade envolvente, tendo uma mãe frisado a ideia que está sozinha e pode apenas contar consigo. Em contraste, alguns mais referem o apoio por parte de um a dois elementos da família alargada, ao nível de irmãos, pais, tios, cunhados e sogros.

“Humm... está a ser um bocado difícil, mas, graças a Deus, aos bocadinhos vai com o apoio da família (refere-se à família de acolhimento) e das doutoras, porque eu não tenho família que me apoie... Apoios... é só o apoio das doutoras e da família com quem ele está (...).” [Mãe]

“Eu não posso contar com ninguém, tenho de contar é comigo... não se pode acreditar, porque se contar com alguém, não vale a pena... eu posso ter alguém em quem... mas eu para contar, tenho de contar comigo. Não posso contar com mais ninguém! (...) Eu sou sozinha, não tenho ninguém! Zangaram-se todos, estou eu sozinha... Tenho é essa tia do meu pai e a minha patroa que é como uma irmã... (...) eu precisava de alguém para conversar, mas... tenho uma irmã que agora está em Espanha, ela esteve aí e falamos, mas ela agora está lá.” [Mãe]

“Ninguém da minha família me deu ajuda... (...) até agora está toda a gente contra mim, pelo que eu fiz ao F. (refere-se a ter pedido ajuda à CPCJ e que ter autorizado a ida do filho para uma família de acolhimento), foi pelo F. ... Mas eu não abandonei o F.! (...) podia ter sido diferente se eu tivesse apoio... apoio da família... podia ser muito diferente... (...).” [Mãe]

“Neste momento o meu suporte são os meus pais e a minha irmã. (...) nas dificuldades sei que posso recorrer, graças a Deus... dificuldades financeiras, felizmente não tenho esse problema, mas quando me sinto mais apertada ou com alguma dificuldade e que não queira preocupar os meus pais ou a minha irmã, sem sombra de dúvida que é a minha Tia F.. (...) Ela é, aquilo que eu digo, a minha suplente... nós falamos todos os dias ao telefone... estas coisas aproximaram-nos ainda mais.” [Mãe]

A forma como os pais se sentem envolvidos e participam em todo o processo desde a decisão pela aplicação da medida até à decisão pelo seu fim, pode ser um fator preponderante para a sua receptividade e colaboração. Alguns pais revelaram que foram envolvidos na ida do filho para a casa de acolhimento através da realização de uma visita para conhecer a casa ou um encontro para conhecer a família de acolhimento, considerando a medida aplicada. Duas das mães apontam para o seu papel ativo na tomada de decisões, atendendo a que uma foi quem

solicitou o apoio da CPCJ e a outra entende que o filho deve continuar na casa de acolhimento até obter sucesso escolar referindo que tem deixada clara a sua opinião junto da CPCJ. Em contraste, alguns pais frisam a falta de envolvimento no processo, não sendo discutidas as decisões consigo nem considerada a sua opinião, sendo eles recetores de decisões. Para além disto, estes pais acrescentam a ausência de um momento para serem esclarecidas as suas dúvidas. Uma das mães fez referência à sua não participação ativa condicionada pela falta de informação e desejo de passar despercebido para não influenciar negativamente o processo.

“Sim, falou a Dra. H. e a Dra. S. ... E fui muito bem atendida, foi numa segunda-feira, lá para princípios de fevereiro, o B. foi, eu fui conhecer a instituição e o B. ficou logo lá... eu conheci a instituição toda, é assim que tem de se fazer as coisas!” [Mãe]

“Sim, buscar o F. todos os fins-de-semana... Todos os fins-de-semana porque foi uma decisão minha, porque se fossem as doutoras ou o tribunal era diferente. Mas aqui não houve tribunais, era diferente! Não houve nada, fui eu de livre vontade que vim pedir ajuda.” [Mãe]

“(...) elas chegaram lá e, literalmente, não me deixaram abrir a boca... elas já vinham com o instinto de o fazer (...) elas já saíram da CPCJ com a decisão tomada... (...) porque a Dra. J. disse mesmo que se eu não aceitasse chamava a GNR.” [Mãe]

“(...) eu acho que quando a gente vai a tribunal, as coisas deviam ser melhor esclarecidas, está a perceber? E, por vezes, nem deixam uma pessoa falar, dar a opinião concreta que uma pessoa tem para dar e uma pessoa, às vezes, bem quase às cegas... sai do tribunal e fica a perceber o mesmo... Nós não somos todos iguais, somos seres humanos, mas há pessoas que ... pronto, são mais inteligentes do que outras. Olhe, quando a gente foi a tribunal, aquilo foi tudo muito mal-esclarecido. (...) nós chegamos a ter lá uma reunião em T. [instituição com resposta para pessoas com deficiência] e perguntaram-nos como é que nós queríamos fazer em relação a ele. Eu cheguei a dar a minha opinião... era ele, por exemplo, vir dormir a casa e durante o dia estar lá. Disseram-nos que depois que iam pensar no caso e tudo, praí há 3 anos e nunca mais tivemos resposta nenhuma.” [Pai]

1.5. Processos de empoderamento e participação social

A vivência e superação desta situação desafiante para a família e da qual, esta, com a reunificação, sai fortalecida e empoderada, pode desenvolver nos pais o desejo que poder ajudar outros pais que estejam a passar por uma situação semelhante àquela que experienciaram.

Atendendo posição dos pais perante a realização de grupos de pais, regista-se uma dispersão de opiniões. Alguns pais referem-se como algo que poderá ser uma ajuda, enquanto que outros ressaltam que o apoio deve vir apenas dos técnicos, vendo-os como peritos. Uma outra posição frequente perante a ideia de grupos de pais, foi a de que cada caso é um caso, cada pai é um pai, tendo os pais procurado distanciar a sua situação de outras.

“É assim, não, porque cada um tem a sua opinião. Cada um tem a sua dor e cada um tem a sua revolta...” [Mãe]

“Eu acho que devem ser só os técnicos! (...) dava algum apoio, mas às vezes as crianças vêm de vez para os pais e pensam que vêm para o bem e ainda vão para pior! Casos que são casos... mas há pais que lá à beira das doutoras, são uma coisa, mas...” [Mãe]

“Ai coitadinhos! Ai outros pais que passem pelo que eu passei... (...) Mas.... ahhhh... Até pode ser, mas... cada caso... Olhe, eu nem sei... até poderá ser uma ajuda...” [Mãe]

Sobre a abertura para, eventualmente, participar em grupos de pais, alguns pais revelaram abertura para participar com vista a partilhar a sua experiência, enquanto que outros demonstram não ter opinião formada sobre o assunto.

“Eu não sei... eu até acho que podia aceitar [participar num grupo de pais]... só que me ia chatear, porque há coisas que eu não consigo ouvir, porque nós não podemos só proteger os nossos filhos, nós temos que saber que eles erram e temos que admitir que eles erram...” [Mãe]

Tendo em consideração a importância atribuída pelos pais aos grupos de pais, uma parte dos pais reconhecem-lhes uma eventual importância ao nível da partilha de experiência e de reflexão, o que poderia ajudar a falar mais abertamente sobre os problemas. Em contraste, outra parte dos pais não revela certeza quanto à sua importância, referindo a diversidade de situações, frisando, mais uma vez, que cada situação é diferente.

“Olhe eu isso já não sei se é importante, se não é... cada um fala de maneira diferente, neste caso à sua maneira...” [Mãe]

“Sim [relativamente à importância dos grupos de pais], porque ajuda a superarem e não só, por essa capacidade dessa pessoa lidar com o problema dela, de falar, deitar para fora o seu problema, nós podemos tirar algumas coisas a nosso favor... (...) eu acho que se nestes casos houvesse mais ajuda e se falasse mais abertamente sobre os problemas, haver tipo uma sessão aqui ou ali e poder deitar para fora aquilo que têm lá dentro.” [Mãe]

2. Resultados da escala de resiliência individual do RRC-ARM-28

Os resultados obtidos na escala de resiliência individual do RRC-ARM-28 são apresentados no quadro 3. A pontuação média dos participantes ($n=15$) na escala de resiliência individual do RRC-ARM-28 situa-se nos 4.22 ($DP=0.57$), situando-se os valores mínimo e máximo entre os 3.25 e os 5 pontos, respetivamente.

Ao nível das subescalas, a subescala que avalia os recursos individuais dos participantes obteve a pontuação média de 4.31 ($DP=0.53$), registando-se a pontuação mínima em 3.2 e a máxima em 5. A subescala relativa à relação com os cuidados primários registou a pontuação média de 4.17 ($DP=1.09$), situando-se o valor mínimo em 1.29 e o máximo em 5. Por sua vez, na subescala que respeita ao contexto e sentimento de pertença a pontuação média foi de 4.16 ($DP=0.67$), o valor mínimo de 2.7 e o máximo de 5. Atendendo a que os resultados das subescalas apresentam pontuações médias situadas entre 4.16 e 4.31, estamos perante valores bastante próximos da pontuação máxima da escala.

No conjunto dos itens que integram as três subescalas, destacam-se os resultados relativos ao suporte dos pares da subescala dos recursos individuais com a pontuação média situa-se em 3.8 ($DP=1.44$; Min.=1 e Máx.=5) e ao contexto espiritual (subescala do contexto e sentimento de pertença) com pontuação média de 3.84 ($DP=0.82$; Min.=2 e Máx.=5), por serem os resultados onde os participantes pontuaram menos.

Considerando a dispersão dos resultados, na pontuação total do RRC-ARM-28, 50% dos participantes pontuou entre 3.93 e 4.69, apresentando uma amplitude interquartilica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 0.89. Na subescala dos recursos individuais, observa-se que 50% dos participantes pontua entre 4.05 e 4.77, registando-se uma amplitude interquartilica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 0.9. Na subescala da relação com os cuidados primários, 75% dos participantes pontua entre 3.71 e 5, com uma amplitude interquartilica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 1.43. Na subescala do contexto e sentimento de pertença, observa-se

uma amplitude interquartílica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 0,8, com 50% dos participantes a pontuar entre 3,85 e 4,6.

Quadro 3 - Resultados da pontuação no RRC-ARM-28

Medida	Média	Desvio Padrão	Amplitude Máx. – Min.	Mediana	$Q_{0.75}-Q_{0.25}$	Intervalo interquartílico $Q_{0.75}-Q_{0.25}$
Pontuação total RRC-ARM-28	4.22	0.57	5 - 3.25	4.21	4.69 – 3.93	0.89
Subescala recursos individuais	4.31	0.53	5 - 3.2	4.36	4.77 – 4.05	0.9
Competências pessoais	4.47	0.38	5 - 3.8	4.6	4.8 – 4.1	0.8
Suporte dos pares	3.8	1.44	5 - 1	4	5 – 3.25	2
Competências sociais	4.37	0.65	5 – 3	4.5	5 – 4	1
Subescala relação com os cuidados primários	4.17	1.09	5 – 1.29	4.57	5 – 3.71	1.43
Cuidados físicos	4.2	1.03	5 – 2	5	5 – 3.25	2
Cuidados psicológicos	4.16	1.15	5 – 1	4.6	5 – 3.7	1.4
Subescala contexto e sentimento de pertença	4.16	0.67	5 – 2.7	4.3	4.6 – 3.85	0.8
Espiritual	3.84	0.82	5 – 2	3.67	4.5 – 3.33	1.33
Educação	4.13	1.11	5 – 1.5	4.5	5 – 4	1
Cultural	4.36	0.66	5 – 3	4.6	4.8 – 4	1

Com vista a determinar a tendência de dispersão dos resultados na escala total e as subescalas, procedemos em seguida à análise da distribuição dos valores obtidos relativamente às variáveis que consideramos mais relevantes, nomeadamente o sexo dos participantes e a tipologia da medida de promoção atualmente aplicada. As tabelas 4 a 7, a distribuição dos valores da pontuação total na escala e nas subescalas em função do sexo e da medida atualmente aplicada.

Considerando-se a pontuação total no RRC-ARM-28 (Quadro 4), observa-se que o sexo masculino pontua sem variação, situando-se 100% das respostas entre 4.30 e 4.64. O sexo feminino apresenta amplitude interquartílica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 1.14, tendo 50% pontuado no intervalo entre 3.82 e 4.71. Atendendo à medida atualmente aplicada, os participantes com filhos coma medida aplicada de apoio junto de outro familiar, 50% pontua entre 4.69 e 4.86. Nos pais com os filhos com a medida de acolhimento familiar, 100% pontua entre 3.43 e 3.82. Por sua vez, nos pais com filhos em acolhimento residencial, 50% pontua entre 4.03 e 4.64, apresentando uma amplitude interquartílica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 0.83.

Quadro 4 – Relação entre pontuação total no RRC-ARM-28 e as variáveis sexo e medida atualmente aplicada

Pontuação total no RRC-ARM-28						
Variável	Média	Desvio Padrão	Amplitude Máx. – Min.	Mediana	Q _{0.75} -Q _{0.25}	Intervalo interquartilico Q _{0.75} -Q _{0.25}
Sexo						
Masculino (n=2)	4.46	0.25	4.64 – 4.30	4.46	4.64 – 4.30	-
Feminino (n=13)	4.18	0.6	5 – 3.25	4.18	4.71 – 3.82	1.14
Medida atualmente aplicada						
Apoio junto de outro familiar (n=3)	4.79	0.19	5 – 4.64	4.71	4.86 – 4.69	-
Acolhimento familiar (n=2)	3.63	0.28	3.82 – 3.43	3.6	3.82 – 3.43	-
Acolhimento residencial (n=4)	4.17	0.55	4.86 – 3.25	4.20	4.64 – 4.03	0.83

Ao nível da subescala dos recursos individuais (Quadro 5), no sexo masculino, 50% pontua entre 4.27 e 4.46, enquanto que no sexo feminino, 50% pontua entre 3.92 e 4.82, com uma amplitude interquartilica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 1. Tendo em consideração as medidas atualmente aplicadas, nos pais com a medida de apoio junto de outro familiar, 50% pontua entre 4.59 – 4.86. Nos pais com filhos em acolhimento familiar, 100% pontua entre 4.4 e 4.8. Por último, nos pais com filhos em acolhimento residencial 50% pontua entre 3.82 e 4.36, observando-se uma amplitude interquartilica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 0.8.

Quadro 5 – Relação entre a subescala recursos individuais e as variáveis sexo e medida atualmente aplicada

Subescala Recursos Individuais						
Variável	Média	Desvio Padrão	Amplitude Máx. – Min.	Mediana	Q _{0.75} -Q _{0.25}	Intervalo interquartilico Q _{0.75} -Q _{0.25}
Sexo						
Masculino (n=2)	4.36	0.13	4.5 – 4.3	4.36	4.46 – 4.27	-
Feminino (n=13)	4.30	0.57	5 – 3.2	4.36	4.82 – 3.92	1
Medida atualmente aplicada						
Apoio junto de outro familiar (n=3)	4.73	0.27	5 – 4.5	4.73	4.86 – 4.59	-
Acolhimento familiar (n=2)	4.6	0.32	4.8 – 4.4	4.6	4.8 – 4.4	-
Acolhimento residencial (n=4)	4.13	0.55	4.9 – 3.2	4.23	4.36 – 3.82	0.8

Na subescala da relação com os cuidados primários (Quadro 6), verifica-se que no que se refere ao sexo dos participantes, 100% dos participantes do sexo masculino pontuou 5, e no sexo feminino, 75% dos participantes pontuou entre 3.73 e 5, verificando-se uma amplitude interquartilica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 1.5. No âmbito das medidas atualmente aplicadas, 100% dos pais com filhos em apoio junto de outro familiar pontua 5, não se registando variância. Nos pais com filhos em acolhimento residencial, 100% pontua entre 1.29 e 2.57. Por sua vez, nos pais com filhos em acolhimento residencial, 75% pontua entre 3.86 e 5, com uma amplitude interquartilica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 1.21.

Quadro 6 - Relação entre a subescala relação com os cuidados primários e as variáveis sexo e medida atualmente aplicada

Subescala Relação com os Cuidados Primários						
Variável	Média	Desvio Padrão	Amplitude Máx. – Min.	Mediana	$Q_{0.75}-Q_{0.25}$	Intervalo interquartilico $Q_{0.75}-Q_{0.25}$
Sexo						
Masculino (n=2)	5	-	-	5	-	-
Feminino (n=13)	4.04	1.12	5 – 1.29	4.43	5 – 3.57	1.50
Medida atualmente aplicada						
Apoio junto de outro familiar (n=3)	5	-	-	5	-	-
Acolhimento familiar (n=2)	1.93	0.91	2.57 – 1.29	1.93	2.57 – 1.29	-
Acolhimento residencial (n=4)	4.37	0.60	5 – 3.43	4.5	5 – 3.86	1.21

Por último, atendendo à subescala do contexto e sentimento de pertença (Quadro 7), no sexo masculino 100% dos participantes pontua entre 3.8 e 4.6, não se observando variância. Para o sexo feminino, registou-se uma amplitude interquartilica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 1.05, com 50% dos participantes a pontuar entre 3.9 e 4.6. Considerando a medida atualmente aplicada, 50% dos pais com filhos com a medida de apoio junto de outro familiar pontuam entre 4.6 e 4.8. Nos pais com filhos em acolhimento familiar, 100% pontua entre 3.4 e 4.1. Para finalizar, nos pais com filhos em acolhimento residencial, regista-se uma amplitude interquartilica $Q_{0.75}-Q_{0.25}$ de 1.03, com 50% dos pais a pontuar entre 3.8 e 4.6.

Quadro 7 - Relação entre a subescala contexto e sentimento de pertença com o sexo e a medida atualmente aplicada

Subescala Contexto e Sentimento de Pertença						
Variável	Média	Desvio Padrão	Amplitude Máx. – Min.	Mediana	$Q_{0.75}-Q_{0.25}$	Intervalo interquartilício $Q_{0.75}-Q_{0.25}$
Sexo						
Masculino (n=2)	4.2	0.57	4.6 – 3.8	0.57	4.6 – 3.8	-
Feminino (n=13)	4.15	0.71	5 – 2.7	4.3	4.6 – 3.9	1.05
Medida atualmente aplicada						
Apoio junto de outro familiar (n=3)	4.70	0.26	5 – 4.5	4.6	4.8 – 4.6	-
Acolhimento familiar (n=2)	3.75	0.5	4.1 – 3.4	3.75	4.1 – 3.4	-
Acolhimento residencial (n=4)	4.08	0.72	4.9 – 2.7	4.25	4.6 – 3.8	1.03

IV. Discussão dos resultados

A perspectiva da resiliência sobre os processos de reunificação familiar permitiu-nos analisar a percepção e as vivências dos pais que transcorrem da aplicação de uma medida de acolhimento pelo sistema nacional de promoção e proteção à criança em risco. Aliando as abordagens sistêmicas e socio-ecológicas da resiliência (Lietz, 2006; Lietz et al., 2011; Ungar, 2008; Walsh, 1996; Yunes, 2003, 2007), que valorizam o contexto específico de cada adversidade, consideram-se os desafios enfrentados pelos pais. Independentemente de terem a noção da iminência da medida, de a ver como legítima ou de dar o seu acordo, perante a retirada de um filho toda a família vivencia uma mudança que a vai desafiar enquanto unidade familiar e enquanto indivíduos a mobilizarem os seus recursos pessoais, familiares e sociais para fazer face à nova situação familiar.

A análise ao conteúdo das entrevistas aos pais permitiu o enfoque sobre os aspetos mais significativos e que se salientam nas percepções e vivências relatadas pelos pais em relação às medidas de promoção e proteção. Neste processo de análise, a combinação simultânea e dialética dos níveis dedutivo (do geral para o particular) e indutivo (do particular para o geral), faz corresponder os conceitos-chave às categorias centrais da análise e encontrar os seus matizes nas subcategorias que emergem das ideias veiculadas nos discursos dos pais. Conforme se descreve no capítulo anterior, a organização dos temas em categorias centrais (comunicação da medida, vivências da separação, relação com os profissionais, processos de resiliência, empoderamento e participação social) desdobram-se para especificar as interpretações e significados permitindo descrever e avaliar o impacto da medida na família. Os conceitos subjacentes à designação das subcategorias nomeiam e agrupam os processos que resultam dos anteriores e, nessa medida, dependentes dos primeiros. Por analogia ao mapa de conceitos, os eixos desta análise situam-nos os temas que compreendem o nosso objeto de estudo: (1) a comunicação da medida (conteúdo, motivos, expectativa, legitimidade e duração); (2) as vivências da separação (perda, mudança, expectativas relativas à reunificação); (3) a qualidade da relação estabelecida com os técnicos (afeto e empatia nas interações, suporte instrumental e emocional); (4) os processos adaptativos de resiliência (identificação de mudanças, crenças e expectativas positivas nas capacidades e recursos dos filhos e da família, consciência das dificuldades, apoio percebido na rede formal e informal, participação e envolvimento nas decisões); e por último (5) os processos de empoderamento e participação social (apoio a outros pais, abertura e importância dada à participação em grupos de pais).

Na comunicação da aplicação da medida à família, nem sempre a família é esclarecida e informada do conteúdo da medida, sendo esta situação mais frequente em decisões aplicadas em sede de tribunal, em que a família tem um papel de recetora de decisões, não lhe sendo dada a oportunidade e tempo de assimilar as informações comunicadas. No entanto, realçamos a referência de alguns pais para o facto de estarem cientes do conteúdo da medida, nomeadamente o que esta implicava e como funcionava, tendo sido exploradas as alternativas ao acolhimento residencial, com o objetivo de se encontrar a melhor solução para a situação dos filhos.

Relativamente aos motivos referidos pelos pais como causas para a aplicação da medida, estes seguem a tendência das investigações de Balsells et al. (2013) e do Grupo GRISIJ (2015a) em Espanha, e de Arizmendi (2017) em Portugal. Inicialmente, os motivos tendem a não ser reconhecidos e compreendidos pelos pais, mesmo quando se verificam situações no seu contexto familiar que prejudicavam o bem-estar dos filhos, nomeadamente situações de exposição a violência doméstica, alcoolismo pela parte de pelo menos um dos progenitores e falta de meios de subsistência. A maioria dos motivos apontados incidem sobre as características ou comportamentos dos filhos. Apesar de alguns pais identificarem dificuldades em lidar com os filhos, especificamente quando estes apresentam comportamentos desviantes, absentismo escolar ou problemas de saúde, é de forma muito subtil que fazem referência às suas competências parentais ou à falta delas.

O reconhecimento da legitimidade da aplicação da medida pelos pais no momento em que esta é comunicada pode representar um fator facilitador da compreensão e aceitação da aplicação da mesma. Alguns pais reconhecem-lhe legitimidade através do reconhecimento de alguns dos motivos apontados, vendo-a como algo com potencial gerador de mudança, enquanto que outros, embora não façam referência à compreensão ou aceitação da medida, frisam que não consideram ter sido a melhor solução para os filhos naquele momento, não lhe reconhecendo legitimidade.

Na comunicação da medida, o tempo surge ligado à expectativa da aplicação da medida e à duração prevista para a mesma. Os nossos resultados revelam a existência de situações antagónicas no que respeita à previsibilidade da aplicação da medida, referindo os pais situações em que a medida era esperada, dados os acontecimentos e advertências dos técnicos, por oposto às retiradas em que tudo se desencadeou de forma repentina e a inesperada. Por sua vez, o tempo é ainda referido para dar conta que a duração prevista para a medida é frequentemente prolongada, gerando expectativas frustradas quando os pais consideravam que a medida teria apenas a duração inicialmente definida. O alargamento é tanto ou mais um fator de mal-estar e

desgaste quanto mais os pais dizem não terem sido informados da duração prevista para a medida. Além de a pouca informação ser o indício da falta de conhecimento das características da medida aplicada, não raras vezes ela suscita expectativas irrealistas e desconfiança no sistema e nos profissionais. Também de acordo com as investigações no âmbito do processo de reunificação não é desejável que tal aconteça, atendendo à importância de pais e filhos terem noção dos aspetos relacionados com a medida que lhes está aplicada e de esse conhecimento poder atuar como facilitador de adaptação e aceitação da nova realidade (Grupo GRISIJ, 2015a).

Perante a comunicação e a aplicação da medida, os pais são confrontados com a vivência da perda em resultado da saída dos filhos, o que se reflete na experiência de sentimentos de perda, sentindo revolta, raiva e choque (Balsells et al., 2013; Grupo GRISIJ, 2015b; Lietz & Strength, 2011), o que não é surpreendente se associarmos estes estados emocionais a uma fase de sobrevivência (Grupo GRISIJ, 2015b). Para alguns pais, torna-se doloroso recordar o momento em que lhes foi comunicada a retirada dos filhos, invocando sentimentos de injustiça perante a aplicação da medida, dando exemplos de situações na sua comunidade em que os filhos não tinham sido retirados e que consideravam ser mais graves do que a sua e dos filhos. Nesta fase, a vivência de mudanças é mitigada, em algumas situações, pelo reconhecimento gradual dos motivos para a medida aplicada (Balsells et al., 2013), em que a medida é começada a ser vista como necessária para a mudança, perspetivando eventuais resultados e conseguindo, em alguns casos, olhar de forma diferente para os motivos referidos pelos técnicos ou tribunal e reconhecê-los como determinantes para a retirada dos filhos, nomeadamente em situações em que se verificavam problemas de dependência do álcool por parte de um ou ambos os progenitores. Após a saída da criança ou jovem, os pais consideram a passagem do tempo, os contactos com os filhos, através de telefonemas e visitas, e a postura positiva e convivência positiva com a família e a casa de acolhimento, como fatores que os ajudam a eles e ao jovem a viver a nova realidade como uma oportunidade para confrontar a existência dos problemas e ter apoio para encontrar uma solução, sentindo por vezes que os profissionais não os criticam e são capazes de lhes expressar compreensão e respeito.

Um tema central, invariavelmente referido pelos pais como influenciando de forma considerável tanto a sua perspetiva em relação à aplicação da medida de promoção como a vivência da mesma, prende-se com a qualidade da relação estabelecida com os técnicos. A este propósito, os pais identificaram que as faltas de empatia, a forma abrupta e coerciva da forma como foram retirados os filhos e alguma agressividade na forma como interagiam, como notas

negativas da relação com os técnicos. Outros, porém, fizeram referência à necessidade de uma abordagem diferente por parte dos técnicos e que esta poderia facilitar a aceitação da situação. Esta mesma duplicidade de percepções é também referenciada em Arbeiter & Toros (2017). Esta percepção da qualidade da relação surge ligada ao suporte instrumental e emocional dado pelos técnicos, sendo a nível instrumental realçada o apoio a nível material, com a ajuda com bens alimentares, e a nível do desenvolvimento pessoal e profissional, através do incentivo e apoio para emprego e formação profissional; e a nível emocional a partilha de dificuldades, escuta ativa de preocupações e desabafos, assim como o encorajamento para superar as adversidades perante as quais a família se encontra.

De acordo com Balsells et al. (2013), a mudança ocorre quando a família consegue olhar de forma positiva para a nova situação, conseguindo, posteriormente, identificar mudanças e atribuir-lhes valor, o que lhe permite começar a aceitar que a medida pode trazer mudanças necessárias e positivas para pais e filhos. Na presente investigação confirmámos que a adaptação à nova realidade é marcada por processos adaptativos em que há a mobilização dos recursos de resiliência de toda a família, em que os pais identificam mudanças nos filhos ao nível das suas características físicas, psicológicas, nos cuidados pessoais, no seu comportamento e na situação escolar, assim como em si próprios (ex.: tratamento de alcoolismo, mais autoconfiança) e no contexto familiar (ex.: emprego, mudança de casa). No entanto, não são referidas mudanças ao nível das competências parentais, nem feita referência a participação em intervenções que permitam promover e apoiar o seu desenvolvimento pessoal e fortalecer os recursos necessário ao seu bom desempenho como figuras parentais. Seria precisamente nesta fase do acolhimento, em que pais e filhos ainda se encontram separados, que outros estudos de intervenções em situações de acolhimento (Grupo GRISIJ, 2015b), referem ser possível induzirem-se processos de maior crescimento e fortalecimento da família. Nesse sentido, recomendando que se comece a preparação para a reunificação, com a participação ativa de pais e filhos. Porém, no presente estudo e tendo como base o discurso dos pais, não recolhemos evidências de que essa preparação ocorra durante o período de acolhimento, sendo frequente esperar pelo fim do tempo previsto para a medida e avaliação da situação, considerando que só então se encontram reunidas as condições para o regresso da criança ou jovem.

Apesar de tudo, verificamos que a passagem do tempo e as mudanças permitem que os pais antecipem o fim da medida e o regresso a casa, alimentando expectativas de que a família possa reunificar-se. Os nossos dados mostram-nos que os pais associam o regresso dos filhos

com o sucesso escolar e a alteração dos seus comportamentos e, em situações em que há consumo de álcool e violência doméstica, à estabilidade no contexto familiar. No entanto, não são referidas expectativas em relação ao seu papel enquanto pais, nem às suas competências parentais quando perspetivam o regresso dos filhos. Verifica-se inclusivamente que alguns pais preveem que os filhos possam manter-se na casa de acolhimento até atingirem a maioridade, vendo a continuidade como a melhor solução para as necessidades dos filhos, não fazendo menção a possíveis alterações que facilitariam o seu regresso em breve.

Ao nível da consciência de dificuldades durante toda a fase de vivência da medida, a maior parte dos pais revela não ter sentido dificuldades, nem antecipa eventuais dificuldades no futuro. Tal poderá ser justificado com alguma hesitação e receio em reconhecer e verbalizar as dificuldades que sentem. Para isto poderá contribuir o carácter avaliativo subjacente a todo o processo, o foco do acolhimento se centrar na criança e no jovem e de a medida não contemplar, de forma intrínseca, a intervenção para o desenvolvimento da capacidade de os pais olharem para si mesmos e identificarem pontos de mudança.

No estudo de Lietz, Lacasse, e Cacciatore (2011) os pais reconheceram o apoio recebido como importante na superação das adversidades. No nosso estudo, no que toca ao apoio formal recebido, os pais atribuem importância ao apoio que lhes é dado pela CPCJ, CAFAP e outros técnicos, nomeadamente das EMAT. Este apoio dos técnicos é reconhecido como suporte emocional e pessoal, auxílio e resposta às necessidades e comportamentos dos filhos e, nalgumas circunstâncias, na mediação de conflitos na família. Dos pais que desvalorizaram o apoio dos técnicos, esta desvalorização surge associada à desconfiança nas intenções dos técnicos e à avaliação negativa de que o apoio dado não respondia às suas necessidades. Ao nível do apoio formal, verifica-se uma rede de suporte informal reduzida, com a presença, na maioria das situações, de um a dois elementos da família alargada, assim como o sentimento de solidão e ausência de suporte por parte da família, tal como verificado em Manji, Maiter e Palmer (2005). Neste contexto, Lietz, Lacasse e Cacciatore (2011) referem também o peso que assume essa consciência de as relações não serem fonte de suporte para a família, realçando a importância de esta descobrir novas fontes de suporte.

O tema do envolvimento e participação dos pais é um outro aspeto relativamente ao qual o nosso estudo confirma a ausência de planos e a definição dos mesmos. Ainda assim, no nosso estudo, os pais revelam terem-se sentido envolvidos nas visitas à casa de acolhimento e quando

conheceram a família de acolhimento dos filhos. Uma pequena parte dos pais assume-se como tendo um papel ativo na tomada de decisões.

A investigação alerta-nos para a complexidade deste processo. Designadamente, no estudo de Arbeiter e Toros (2017), os pais apresentavam uma perspetiva dividida em relação ao que consideravam dever ser o seu envolvimento, tendo uma parte considerado que a intervenção deveria ser marcada por uma parceria recíproca entre técnicos e família, através do diálogo, escuta, aceitação e consideração, enquanto que a outra parte perspetivava o seu envolvimento como recetores da intervenção dos técnicos, persuadidos e conduzidos durante todo o processo, vendo os técnicos como peritos e decisores. Neste estudo, os autores (Arbeiter e Toros, 2017) referem à divisão de posições em relação ao envolvimento no processo, embora os pais reclamem que as decisões não são discutidas com eles e que não consideram a sua opinião. Estes resultados seguem a linha das investigações de Littell e Tajima (2000), Littell (2001), Dawson e Berry (2002), Gockel, Russel, e Harris (2008) e Mullins et al. (2012), cujos resultados referem a importância do envolvimento e audição dos pais na intervenção.

No estudo de Lietz, Lacasse e Cacciatore (2011), os pais consideraram, ainda, importante a ideia de ajudar outros pais, sendo este aspeto relevante para compreender de que forma é que os pais estariam dispostos a partilhar a sua experiência junto de outros pais. Também o grupo Grupo GRISIJ (2015b) tem referenciado o desejo dos pais que se reunificaram com sucesso com os seus filhos poderem participar, ajudando pais que estejam a passar por uma situação semelhante, possibilitando-lhes a perspetiva de quem viveu, enfrentou e superou essa situação. Apesar de alguma dispersão de opiniões quanto à realização de grupos de pais, alguns pais do nosso estudo apresentam uma opinião favorável e, na linha destes estudos, revelaram alguma abertura para participar num grupo de pais, sendo a este associado a importância de partilharem e refletirem sobre as suas experiências familiares, como algo que poderia ajudar os outros pais. Por outro lado, alguns pais demonstram não ter opinião formulada sobre o assunto, enquanto que outros referem que o apoio deve ser apenas da responsabilidade dos técnicos, atendendo ao seu conhecimento sobre o sistema e formação. Estas considerações podem, de alguma forma, estar influenciadas pela falta de cultura, sentimento de inclusão social e cidadania, porventura, mais fortes em países como os Estados Unidos da América, onde são desenvolvidos vários programas na modalidade grupal, sendo exemplo o Parent Partner Mentoring Program (Leake, Williams, & Potter, 2012).

Um outro dado que nos parece relevante remete para a referência dos pais de que cada situação é uma situação, procurando distanciar a sua situação de outras, o que pode representar um obstáculo à receptividade para a eventual realização de grupos de pais.

Atendendo à avaliação da resiliência individual através da escala de resiliência individual RRC-ARM-28, os pais participantes do estudo apresentam uma pontuação total média de 4.22 (DP=0.57), o que de acordo com as indicações do manual de aplicação do instrumento (Resilience Research Centre, 2013) aponta para uma forte presença de componentes de resiliência na vida destes indivíduos. Tal era expectável, atendendo aos resultados do estudo de Lietz e Strength (2011), que verificou que as famílias que alcançaram a reunificação familiar apresentavam padrões de funcionamento e de resiliência elevados, apesar de na abordagem destas autoras se considerar o construto de resiliência familiar. Nesta amostra registou-se alguma amplitude entre a pontuação total média mínima e máxima, 3.25 e 5, respetivamente. Embora a 3.25 seja uma pontuação que se situa no meio atendendo à amplitude da escala, tal compreende a presença moderada de componentes de resiliência nas suas vidas.

Debruçando a atenção ao nível das subescalas, as três apresentam pontuações totais médias bastante próximas, variando entre 4.16 e 4.31. Desta forma, verifica-se que a média das subescalas aproximam-se estreitamente da medida da pontuação total média da escala, registando-se quatro medidas muito uniformes. Atendo à homogeneidade das pontuações, torna-se relevante um olhar ao nível dos subconjuntos de questões das subescalas. Ao nível dos subconjuntos de questões observa-se que os pais apresentam menos componentes de resiliência ao nível do suporte de pares, pontuando em média 3.8 (DP=1.44), e ao nível do contexto espiritual, com pontuação média de 3.84 (DP=0.82). Embora a pontuação média ao nível do suporte de pares não se encontre abaixo do valor médio da amplitude da escala, este resultado poderá ser reflexo daquilo que se verificou também ao nível das entrevistas, em que, no que se refere ao apoio informal, esta compreendia uma rede de suporte informal reduzida e pouco apoiante, sendo mais frequente a referência a elementos ao nível da família alargada, em detrimento de amigos e pares na comunidade. Por sua vez, na mesma linha dos resultados de Arizmendi (2017), os nossos resultados apontam para uma menor valorização da espiritualidade, contrastando com a teoria de Lietz e Strength (2011), em que a espiritualidade é referida pelos pais como uma das forças mais importantes na superação das adversidades, nomeadamente no contexto do sistema de proteção de crianças.

Atendendo ao tamanho reduzido da amostra, embora se confirmem as dificuldades de outros estudos de pais no contexto do sistema de proteção de crianças, como as investigações de Arbeiter e Toros (2017), Arizmendi (2017), Lietz (2006) e Lietz e Strength (2011), em aceder aos pais, quer pela burocracia envolvente, quer pela fraca predisposição deste grupo para colaborar em investigações, a exploração da relação entre os resultados na escala de resiliência individual realizou-se ao nível das variáveis sexo e medida de promoção e proteção atualmente aplicada. No que respeita ao sexo dos participantes, o maior número de participantes do sexo feminino permite verificar alguma variabilidade na forma como pontuam na escala e nas subescalas, sendo esta nítida na assimetria, mas também na concentração dos resultados dos elementos do sexo masculino e ainda, na presença de desvios acentuados em relação à maioria das pontuações obtidas ao nível de $Q_{0.25}$ e $Q_{0.75}$.

Quanto à variável que compreende a tipologia da medida atualmente aplicada os pais cujos filhos se encontram em apoio junto de outro familiar tendem a pontuar mais alto, o que poderá no presente estudo relacionar-se com o maior suporte da rede informal, sendo o mesmo referido nas entrevistas. Por sua vez, foram os pais cujos filhos se encontram em acolhimento familiar que realçaram durante as entrevistas ter menor apoio por parte da família e amigos, embora não se pretenda estabelecer uma relação de causa-efeito, tenderam a pontuar mais baixo na escala e nas subescalas, com exceção da subescala das capacidades individuais. Por último, os pais cujos filhos se encontravam em acolhimento residencial, medida mais representada, apresentam maior variância e amplitude na forma como pontuam.

De forma geral, estes resultados revelam que os pais presentes no estudo apresentam fortes componentes de resiliência na sua vida que influenciam a forma como enfrentam as adversidades. Por sua vez, a perceção destes pais sobre as medidas de promoção e proteção tende a ser diversificada, atendendo à complexidade e individualidade de cada situação. No entanto, os pais exortam a necessidade de maior envolvimento, escuta, informação e consideração pelas suas necessidades. Por conseguinte, tal como é evidenciado em Arbeiter e Toros (2017), Balsells et al. (2015), Grupo GRISIJ, (2015a) e Lietz et al. (2011) a relação de parceria estabelecida entre profissionais e a família, complementada com uma abordagem mais humanista, informativa, inclusiva e colaborativa poderá ser um elemento facilitador para a participação ativa dos pais na intervenção e melhorar a perceção que estes têm do próprio sistema de proteção.

V. Conclusões e considerações finais

Considerando os objetivos a que esta investigação se propunha ao estudar e explorar a percepção e as vivências dos pais acerca das medidas de promoção e proteção que levaram à retirada dos filhos, os resultados permitiram-nos concluir que o modo como os pais encaram e vivem a medida se diferenciam através de uma multiplicidade de aspetos e processos associados às várias fases do acolhimento. Desde as características da medida e à informação que lhes é facultada sobre a mesma, nomeadamente quanto à sua duração e o que se vai passar a seguir; à compreensão, aceitação e reconhecimento dos motivos apontados para a retirada dos filhos; à forma como os técnicos abordam os pais no momento da comunicação da medida e quando se dá a saída dos filhos, muito em particular, à postura dos técnicos; aos sentimentos de perda, dando azo a vivências de pânico, choque, revolta e raiva; ao confronto com a aplicação da medida, com o reconhecimento ou não da sua legitimidade, a mudança facilitada com a passagem do tempo, os contactos com os filhos e a postura destes perante a nova situação, a identificação de mudanças, essencialmente nos filhos, e as expectativas em relação ao fim da medida com o regresso dos filhos; ao seu envolvimento durante o processo de tomada de decisões; à consciência das dificuldades e ao apoio formal e informal, por um lado valorizando o apoio dos técnicos e por outro registando a presença de uma rede de suporte informal reduzida.

Atendendo à outra vertente deste estudo, nomeadamente a avaliação da resiliência individual dos pais entrevistados, estes tendem a apresentar componentes de resiliência na sua vida. Dir-se-ia, tal como seria expectável, considerando que para aqueles cujo o projeto de vida é a reunificação, antecipamos que esse processo se traduz simultaneamente num outro de que fazem parte o enfrentamento e superação das adversidades inerentes à nova realidade advinda da retirada dos filhos.

O nosso estudo contribui, desta forma, no campo de estudos do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens, para analisar a forma como a medida de acolhimento é percecionada e vivida pelos pais e, por conseguinte, pelas famílias. Concluimos, a exemplo de outros estudos citados, que a comunicação da medida é uma primeira etapa do processo de reunificação e fundamental para a participação e colaboração na intervenção, mormente antecipando a importância de fortalecer as competências parentais através do seu envolvimento nos contextos do acolhimento e ao longo de tempo em que a criança ou o jovem estão fora do ambiente familiar. Essa intervenção com os pais é fundamental para que ocorra a reunificação familiar. Face a isto, realçamos a importância de se procurar escutar, analisar e compreender a perspetiva dos pais com vista a

intervenções que vão ao encontro das suas necessidades específicas enquanto figuras parentais, fomentando a sua participação no processo de mudança e abertura para a integração de programas de grupos de pais para o fortalecimento das competências parentais. Neste seguimento, sugerimos para investigações futuras, estudos com enfoque no envolvimento dos pais no sistema de proteção de crianças e jovens, nomeadamente quanto às práticas em vigor, explorando eventuais pontos para a reflexão das famílias e dos profissionais. Uma outra temática que consideramos ter relevo para ser explorada prende-se com a satisfação dos pais com os serviços de proteção de crianças e jovens, sugerindo uma eventual adaptação da *Parent Satisfaction with Foster Care Services Scale* (PSFCSS), construída para o contexto norte-americano, para o contexto português.

Finalmente, entendemos que o presente estudo tem como limitações o tamanho reduzido da amostra e a sua limitação à região norte do país, dado que um número mais representativo dos pais abrangidos pela medida de acolhimento e uma cobertura maior do território nacional teriam permitido examinar em que medida se diferenciam as perceções dos pais biológicos acerca da aplicação das medidas de promoção e proteção levou à retirada dos filhos.

Referências bibliográficas

- Alpert, L. T., & Britner, P. A. (2009). Measuring parent engagement in foster care. *Social Work Research, 33*(3), 135–145. <https://doi.org/10.1093/swr/33.3.135>
- Arbeiter, E., & Toros, K. (2017). Participatory discourse: Engagement in the context of child protection assessment practices from the perspectives of child protection workers, parents and children. *Children and Youth Services Review, 74*, 17–27. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2017.01.020>
- Arizmendi, J. M. F. (2017). *Family reunification and residential child care in northern Portugal: A multi-informant report of participants' needs for successful interventions*. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho, Braga. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14018>
- Balsells, M. A., Amorós, P., Fuentes-Peláez, N., & Mateos, A. (2011). Needs analysis for a parental guidance program for biological family: Spain's current situation. *Review of Research and Social Intervention, 34*, 21–37.
- Balsells, M. A., Pastor, C., Amorós, P., Mateos, A., Ponce, C., & Navajas, A. (2014). Child welfare and successful reunification through the socio-educative process: Training needs among biological families in Spain. *Social Sciences, 3*, 809–826. <https://doi.org/10.3390/socsci3040809>
- Balsells, M. A., Pastor, C., Mateos, A., Vaquero, E., & Urrea, A. (2015). Explorinh the needs of parents for achieving reunification: The views of foster children, birth family and social workers in Spain. *Children and Youth Services Review, 48*, 159–166. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2014.12.016>
- Balsells, M. A., Pastor, C., Molina, M. C., Fuentes-Peláez, N., Vaquero, E., & Mundet, A. (2013). Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare Si Interventie Sociala, 42*, 228–247.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (4ª). Lisboa: Edições 70.
- Berry, M., McCauley, K., & Lansing, T. (2007). Permanency through group work: A pilot intensive reunification program. *Child and Adolescent Social Work Journal, 24*(5), 477–493. <https://doi.org/10.1007/s10560-007-0102-0>
- Biazzi, S. De, Silveira, Á. B., & Yunes, M. A. M. (2012). Judicial environment and poor families: Risk or protection for relationships? *Global Journal of Community Psychology Practice, 3*(4).
- Biehal, N., Sinclair, I., & Wade, J. (2015). Reunifying abused or neglected children: Decision-making and outcomes. *Child Abuse & Neglect, 49*, 107–118. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.04.014>
- Choi, S., & Ryan, J. P. (2007). Co-occurring problems for substance abusing mothers in child welfare: Matching services to improve family reunification. *Children and Youth Services Review, 29*, 1395–1410. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2007.05.013>
- CNPDPJCJ. (n.d.). *Promoção e protecção dos direitos das crianças: Guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Lisboa. Retrieved from http://www.cnpcjr.pt/guias/Guia_Acao_Social.pdf

- CNPDPJCJ. (2017). *Relatório de avaliação da atividade das CPCJ - 2016*. Retrieved from <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?14.04>
- Corby, B. (2006). The role of child care social work in supportig families with children in need and providing protective services - past, present and future. *Child Abuse Review*, 17, 159–177. <https://doi.org/10.1002/car>
- Dawson, K., & Berry, M. (2002). Engaging families in child welfare services: An evidence-based approach to best practice. *Child Welfare*, 81(2), 293–317.
- DiCicco-Bloom, B., & Crabtree, B. F. (2006). The qualitative research interview. *Medical Education*, 40, 314–321. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x>
- Drake, B., Berfield, M., D’Gama, L. A., Gallagher, J. P., Gibbs, M., Henry, S., & Lin, D. (1995). Implementing the family preservation program: Feedback from focus groups with consumers and providers of services. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 12(5), 391–410. <https://doi.org/10.1007/BF01876738>
- Fernandez, E. (2013). *Accomplishing permanency: Reunification pathways and outcomes for foster children*. Dordrecht: Springer Netherlands. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-5092-0>
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed.
- Gockel, A., Russel, M., & Harris, B. (2008). Recreating family: Parents identy worker-client relationships as paramount in family preservation programs. *Child Welfare League of America*, 87(6), 91–114.
- Grupo GRISIJ. (2012). *Informe de necesidades sobre reunificación familiar. Resultados del análisis de contenido I+D 2012-2014 “La familia biológica en el ámbito de protección a la infancia: procesos de acción socioeducativa.”* Lleida-Barcelona.
- Grupo GRISIJ. (2015a). *Caminar en familia: Programa de competencias parentales durante el acogimiento y la reunificación familiar*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.
- Grupo GRISIJ. (2015b). Fundamentación y características del programa. In *Caminar en familia: Programa de competencias parentales durante el acogimiento y la reunificación familiar*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.
- Haight, W., Sugrue, E., Calhoun, M., & Black, J. (2017). “Basically, I look at it like combat”: Reflections on moral injury by parents involved with child protection services. *Children and Youth Services Review*, 82(July), 477–489. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2017.10.009>
- Harris, N. (2012). Assessment: When does it help and when does it hinder? Parents’ experiences of the assessment process. *Child and Family Social Work*, 17(2), 180–191. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2012.00836.x>
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2007). *Políticas para a infância em Portugal na área da Segurança Social*. Lisboa. Retrieved from www.seg-social.pt
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2016). *CASA 2015 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa. Retrieved from http://www.seg-social.pt/documents/10152/14725795/Relatório_CASA_2015/f3e06877-ad73-48e4-

- Instituto da Segurança Social, I. P. (2017). *CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa.
- Jones, L. (1998). The social and family correlates of successful reunification of children in foster care. *Children and Youth Services Review, 20*(4), 305–323.
- Juliano, M. C. C., & Yunes, M. A. M. (2014). Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade, 17*(3), 135–154. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>
- Kapp, S. A., & Propp, J. (2002). Client satisfaction method: Input from parents with children in foster care. *Child and Adolescent Social Work Journal*.
- Kapp, S. A., & Vela, R. H. (2004). The parent satisfaction with foster care services scale. *Child Welfare, 83*(3), 263–287.
- Kauffman, F. G. (2007). Intensive family preservation services: The perceptions of client families. *Child and Adolescent Social Work Journal, 24*, 553–563. <https://doi.org/10.1007/s10560-007-0106-9>
- Kortenkamp, K., Geen, R., & Stagner, M. (2004). The role of welfare and work in predicting foster care reunification rates for children of welfare recipients. *Children and Youth Services Review, 26*, 577–590. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2004.04.012>
- Landsverk, J., Davis, I., Ganger, W., Newton, R., & Johnson, I. (1996). Impact of child psychosocial functioning on reunification from out-of-home placement. *Children and Youth Services Review, 18*, 447–462.
- Leake, R., Williams, N., & Potter, C. (2012). Exploring the benefits of a Parent Partner Mentoring Program in child welfare. *Journal of Family Strengths, 12*(1), 6.
- Lietz, C. A. (2006). Uncovering stories of family resilience: A mixed methods study of resilient families, part 1. *Families in Society, 87*(4), 575–582. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.3602>
- Lietz, C. A. (2007). Uncovering stories of family resilience: A mixed methods study of resilient families, part 2. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services, 88*(1), 147–155. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.3602>
- Lietz, C. A., Lacasse, J. R., & Cacciatore, J. (2011). Social support in family reunification: A qualitative study. *Journal of Family Social Work, 14*(1), 3–20. <https://doi.org/10.1080/10522158.2011.531454>
- Lietz, C. A., & Strength, M. (2011). Stories of successful reunification: A narrative study of family resilience in child welfare. *Families in Society, 92*(2), 203–210. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.4102>
- López, M., Del Valle, J. F., Montserrat, C., & Bravo, A. (2013). Factors associated with family reunification for children in foster care. *Child and Family Social Work, 18*, 226–236. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2012.00847.x>
- Manji, S., Maiter, S., & Palmer, S. (2005). Community and informal social support for recipients of child protective services. *Children and Youth Services Review, 27*, 291–308.

<https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2004.10.006>

- Mantovani, A. M. (2015). *Trabalho infantil e resiliência na vida de estudantes de EJA (tese de doutoramento)*. São Paulo: UNESP.
- Marsh, J. C., Ryan, J. P., Choi, S., & Testa, M. F. (2006). Integrated services for families with multiple problems: Obstacles to family reunification, *28*, 1074–1087. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2005.10.012>
- McDonald, T., Bryson, S., & Poertner, J. (2006). Balancing reunification and reentry goals. *Children and Youth Services Review, 28*(1), 47–58. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2005.02.007>
- Miranda, C. (2015). Resiliência familiar e risco psicossocial: Estudo das percepções das famílias e dos profissionais que as acompanham. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho, Braga. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40954>
- Miranda, C., & Almeida, A. T. (2017). Risco e resiliência familiar. A avaliação dos profissionais no contexto da proteção à criança. *Revista de Estudios E Investigación En Psicología Y Educación, 0*(5), 251–256. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2672>
- Mullins, J. L., Cheung, J. R., & Lietz, C. A. (2012). Family preservation services: Incorporating the voice of families into service implementation. *Child and Family Social Work, 17*, 265–274. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2011.00777.x>
- Resilience Research Centre. (2013). *The Resilience Research Centre Adult Resilience Measure (RRC-ARM): User's manual*. (M. Ungar & L. Liebenberg, Eds.). Nova Escócia: Resilience Research Centre.
- Rodrigo, M. J., Camacho, J., Máiquez, M. L., Byrne, S., & Benito, J. M. (2009). Factores que influyen en el pronóstico de recuperación de las familias en riesgo psicossocial: El papel de la resiliencia del menor. *Psicothema, 21*(1), 90–96.
- Rodrigo, M. J., Martín, J. C., Máiquez, M. L., & Rodríguez, G. (2007). Informal and formal supports and maternal child-rearing practices in at-risk and non at-risk psychossocial contexts. *Children and Youth Services Review, 29*(3), 329–347. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2006.03.010>
- Simon, J. B., Murphy, J. J., & Smith, S. M. (2005). Understanding and fostering family resilience. *The Family Journal, 13*(4), 427–436. <https://doi.org/10.1177/1066480705278724>
- Ungar, M. (2008). Resilience across cultures. *British Journal of Social Work, 38*, 218–235. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcl343>
- Ungar, M., & Liebenberg, L. (2011). Assessing resilience across cultures using mixed methods: Construction of the Child and Youth Resilience Measure. *Journal of Mixed Methods Research, 5*(2), 126–149. <https://doi.org/10.1177/1558689811400607>
- Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process, 35*, 261–281.
- Walsh, F. (2002). A family resilience framework: Innovative practice applications. *Family Relations, 51*(2), 130–137. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2002.00130.x>

- Walsh, F. (2003). Family resilience: A framework for clinical practice. *Family Process*, 42(1), 1–18. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2003.00001.x>
- Walsh, F. (2012). Family resilience: Strengths forged through adversity. In *Normal family processes* (4th ed., pp. 399–427). Nova Iorque: Guilford Press.
- Walsh, F. (2016). Applying a family resilience framework in training, practice, and research: Mastering the art of the possible. *Family Process*, 55(4), 616–632. <https://doi.org/10.1111/famp.12260>
- Wulczyn, F. (2004). Family reunification. *The Future of Children*, 4(1), 95–113. <https://doi.org/10.2307/1602756>
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia Em Estudo*, 8, 75–84. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300010>
- Yunes, M. A. M. (2007). O estudo de uma família “que supera as adversidades da pobreza”: Caso de resiliência familiar? *Psicodébate*, 7, 119–140. Retrieved from <http://www.palermo.edu/cienciassociales/publicaciones/pdf/Psico7/7Psico08.pdf>
- Yunes, M. A. M. (2012). As perspectivas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre os cuidadores protetores. *Psico*, 43(3), 317–324.

Anexo A – Guião da entrevista semiestruturada

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA PAIS

Duração da entrevista: 30 minutos

INTRODUÇÃO

- a) Apresentação da investigadora e agradecer a presença;
- b) Dar a conhecer o que vai acontecer de seguida, informando, ainda, a duração prevista para a entrevista;
- c) Garantir a confidencialidade de quaisquer opiniões reveladas ao longo da entrevista e a livre participação;
- d) Assegurar que o pai/a mãe não se opõe à gravação áudio da entrevista;
- e) Entrega, assinatura e recolha do termo de consentimento informado, com espaço para esclarecimento de eventuais dúvidas;
- f) Frisar que não existem respostas certas ou erradas, pelo que deve partilhar a sua opinião livre de juízos de valor, não se estando a fazer qualquer tipo de avaliação que possa influenciar o processo de promoção e proteção do seu filho.

COMUNICAÇÃO DA MEDIDA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

- a) Atualmente o seu filho não se encontra a viver consigo, pode partilhar comigo como foi comunicada a necessidade de o seu filho ter de sair de casa? Quando foi falada essa questão convosco? Foram preparados para a medida? O que vos foi dito?
- b) Como reagiu à comunicação da medida?
- c) Como foi a saída do seu filho de casa? Nessa altura o que sentiu?

COMPREENSÃO DA MEDIDA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

- a) Compreendeu em que consistia a medida? E porque estava a ser aplicada?
- b) O que pensa sobre a aplicação da medida?
- c) Nessa altura acreditou que essa medida vos ia ajudar? Em vocês enquanto família e ao vosso filho? Em que concretamente ajudou? E se não ajudou, porque não ajudou? Havia alguma coisa que vos pudesse ter ajudado?



VIVER A MEDIDA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

- a) O que tem sido importante nesta fase da sua vida? Que pessoas? Que recursos?
- b) Considera que teve, ou está a ter, algum tipo de apoio? Sente que necessita de mais apoio? Em que aspetos?
- c) Atualmente, nota algumas mudanças? Em qué?
- d) Quais têm sido as principais dificuldades? Há alguma coisa que está a acontecer e que gostariam de evitar?
- e) E o que pensa agora sobre a medida? Está a ajudar a família? Está a ajudar o seu filho?

EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO E AO REGRESSO DA CRIANÇA

- a) Pensando no regresso do seu filho, o que acha que vai acontecer?
- b) O que acha que pode ser mais fácil? O que acha que pode ser difícil? A quem acha que pode pedir ajuda?
- c) Ter passado por esta fase, acha que lhe dá experiência e conhecimento para ajudar outros pais? Como é que os poderia ajudar? Acha importante para os pais ter apoio de outros pais?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a) Pensando em tudo o que discutimos até agora, gostaria de acrescentar mais alguma coisa?
- b) Agradecer a participação do(a) pai/mãe.

Anexo B – Questionário ARM-28



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Código do participante	
Data de administração	

QUESTIONÁRIO ARM-28

[Adult Resilience Measure (ARM) de Ungar e Liebenberg (2011) e da versão brasileira do ARM de Mantovani (2015)]

Por favor, leia com atenção as seguintes indicações:

Abaixo, encontrará várias questões sobre si, a sua família, a sua comunidade e as suas relações com outras pessoas. Estas questões servem para ajudar-nos a compreender melhor como lida com seu o dia-a-dia e o papel que as pessoas à sua volta desempenham na forma como lida com os desafios diários. Não há respostas certas ou erradas. O importante é que responda com honestidade e de acordo com aquilo em que acredita. Se por algum motivo se sentir desconfortável, pode parar de responder às questões a qualquer momento. Garantimos-lhe de que para além dos investigadores deste estudo, mais ninguém terá acesso às suas respostas. Desde já, muito obrigada pela sua colaboração!

SECÇÃO A: Dados pessoais

1. Sexo: Feminino Masculino
2. Idade: _____
3. Estado civil: Solteiro(a) Casado(a) Divorciado(a) Viúvo(a) União de facto
Outro (por favor, indique qual): _____
4. Habilitações literárias:
Sem estudos
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)
3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano) ou equivalente
Ensino secundário (12º ano) ou equivalente
Ensino superior
Outro (por favor, indique qual): _____

5. Como é constituído o seu agregado familiar? (assinale a opção que melhor o descreve)

Casal e filho(s)

Casal, filho(s) e outros elementos do agregado familiar (p. ex.: sogros, avós, tios, etc.)

Casal com filho(s) de uniões anteriores

Mãe e filho(s)

Pai e filho(s)

Mãe, filho(s) e outros elementos do agregado familiar (p. ex.: sogros, avós, tios, etc.)

Pai, filho(s) e outros elementos do agregado familiar (p. ex.: sogros, avós, tios, etc.)

Outro (por favor, indique qual): _____

6. Há quanto tempo vive com essa(s) pessoa(s)? _____

7. Quantas vezes mudou de casa nos últimos 5 anos? _____

8. Quem considera ser a sua família? _____

9. Condições económicas da sua família (pode assinalar mais do que uma opção, se necessário):

Situação económica precária (rendimentos insuficientes para as despesas da família)

Instabilidade de emprego

Desemprego

Dificuldades na gestão dos recursos económicos da família

Apoios por parte do Estado

10. Se recebe apoios por parte do Estado ou de outra instituição com resposta social indique quais, se não recebe, passe à questão seguinte (pode assinalar mais do que uma opção, se necessário):

Rendimento Social de Inserção (RSI)

Ação social (ex.: apoio económico, bens alimentares, outros)

Subsídio de desemprego

11. Pertence a algum grupo de minoria étnica ou racial? Não Sim Qual?: _____

SECÇÃO B: Medida de Promoção e Proteção

Nesta secção vai encontrar questões sobre a medida de promoção e proteção aplicada ao(s) seu(s) filho e a sua opinião face à medida. Caso necessite de ajuda para alguma questão, esteja à vontade para perguntar à pessoa que lhe disponibilizou este questionário.

1. Quantos filhos tem? ____ Idades: ____; ____; ____; ____; ____
2. N° de filhos acompanhados pela CPCJ/EMAT: ____ Idades: ____; ____; ____; ____; ____; ____
3. Tem algum filho com problemas de saúde? Não Sim
Se respondeu sim, indique qual/quais: _____

4. Motivo da(s) sinalização/sinalizações (pode assinalar mais do que uma opção, se necessário):

Negligência

Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer a segurança e bem-estar (ex.: situações de violência doméstica, consumo de substâncias, atividades ilícitas)

Assume comportamentos ou entrega-se a atividades que afetam o seu bem-estar (ex.: envolvimento em situações de violência, consumo de substâncias, prostituição)

Absentismo ou abandono escolar

Maus-tratos físicos

Maus-tratos psicológicos

Abuso sexual

Prática de facto qualificado pela lei penal como crime: prática ou envolvimento em atividades ilícitas (ex.: tráfico de substâncias estupefacientes, furtos, vandalismo)

Outra situação de perigo (por favor, indique qual): _____

5. Qual/quais a(s) medida(s) de promoção e proteção que o(s) seu(s) filho(s) tem/têm aplicada(s) atualmente:

Medida de Promoção e Proteção	Coloque um X na(s) medida(s) atualmente aplicada(s)	N° de filhos com a medida
Apoio junto dos pais		
Apoio junto de outro familiar		
Confiança a pessoa idónea (outra pessoa que não seja diretamente da família)		
Apoio para autonomia de vida		
Acolhimento familiar (junto de uma família habilitada para o efeito)		
Acolhimento residencial (numa instituição de acolhimento)		

6. Já tinha(m) sido aplicada(s) outra(s) medida(s) anteriormente? Sim Não

7. Se respondeu sim à questão anterior, assinale quais:

Medida de Promoção e Proteção	Coloque um X na(s) medida(s) anteriormente aplicada(s)	Nº de filhos com a medida
Apoio junto dos pais		
Apoio junto de outro familiar		
Confiança a pessoa idónea (outra pessoa que não seja diretamente da família)		
Apoio para autonomia de vida		
Acolhimento familiar (junto de uma família habilitada para o efeito)		
Acolhimento residencial (numa instituição de acolhimento)		
Adoção		

SECÇÃO C

De que forma é que as seguintes afirmações o/a descrevem? Coloque um círculo numa resposta para cada afirmação.

	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1. Tenho pessoas na minha vida que eu admiro.	1	2	3	4	5
2. Eu colaboro com as pessoas à minha volta.	1	2	3	4	5
3. Obter e melhorar as minhas qualificações ou capacidades é importante para mim.	1	2	3	4	5
4. Sei comportar-me em diferentes situações sociais.	1	2	3	4	5
5. A minha família tem-me apoiado ao longo da vida.	1	2	3	4	5
6. A minha família conhece-me bastante bem.	1	2	3	4	5
7. Se estou com fome, consigo arranjar comida para comer.	1	2	3	4	5
8. Eu tento terminar aquilo que começo.	1	2	3	4	5
9. As minhas crenças espirituais são uma fonte de força para mim.	1	2	3	4	5
10. Eu tenho orgulho na minha raça/etnia.	1	2	3	4	5
11. As pessoas acham que eu sou divertido(a).	1	2	3	4	5
12. Eu converso com a minha família/companheiro(a) sobre como me sinto.	1	2	3	4	5
13. Eu sou capaz de resolver os meus problemas sem me prejudicar a mim ou aos outros (por exemplo, sem consumir álcool ou drogas, sem ser violento).	1	2	3	4	5
14. Eu sinto-me apoiado pelos meus amigos.	1	2	3	4	5
15. Na minha comunidade, sei onde posso ter ajuda.	1	2	3	4	5
16. Eu sinto que faço parte da minha comunidade.	1	2	3	4	5
17. A minha família está comigo nos momentos difíceis.	1	2	3	4	5
18. Os meus amigos estão comigo nos momentos difíceis.	1	2	3	4	5
19. Na minha comunidade, sou tratado(a) de forma justa.	1	2	3	4	5
20. Tenho oportunidade de mostrar aos outros que posso agir de forma responsável.	1	2	3	4	5
21. Eu tenho consciência da minha força pessoal.	1	2	3	4	5
22. Eu participo em atividades religiosas organizadas (missas, festas religiosas).	1	2	3	4	5
23. Eu acho importante fazer coisas úteis para a minha comunidade.	1	2	3	4	5

24. Eu sinto-me seguro(a) quando estou com a minha família.	1	2	3	4	5
25. Tenho oportunidade de aplicar as minhas capacidades na vida (emprego, cuidar de outros).	1	2	3	4	5
26. Eu gosto das tradições da minha família (costumes, festas, comemorações, etc.).	1	2	3	4	5
27. Eu gosto das tradições da minha comunidade (costumes, festas, comemorações, etc.).	1	2	3	4	5
28. Eu tenho orgulho em ser _____ (nacionalidade).	1	2	3	4	5

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo C – Termo de consentimento informado dos pais

Projeto de investigação: "Medidas de promoção e proteção: Estudo da percepção das medidas e da resiliência dos pais biológicos"

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente projeto de investigação desenvolve-se no âmbito da dissertação de mestrado em Estudos da Criança e tem por objetivo estudar a opinião dos pais sobre as medidas de promoção e proteção e o que está a mudar na família nesta nova situação. Nesse sentido, gostaríamos de o convidar a participar numa entrevista a realizar em local e data da sua conveniência. O registo das suas respostas é importante e necessário para estudo. Para a gravação da entrevista será utilizado um gravador de voz e, em caso de desistência, a gravação será destruída. A par disto, convidámos a responder a um questionário. As suas respostas são anónimas e as informações solicitadas não permitem identificar os participantes.

Para qualquer questão relacionada com o estudo pode contactar a investigadora responsável, Sara Dias, através de saradias24@gmail.com.

A participação no estudo é voluntária e poderá desistir em qualquer momento.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, tomei conhecimento dos objetivos e condições para a realização deste estudo. Declaro que aceito colaborar como participante nesta investigação, permitindo a gravação áudio da minha entrevista e que posso, a qualquer momento, cessar a minha colaboração.

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura

**Anexo D – Parecer da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas
da Universidade do Minho**



Universidade do Minho

SECSH

Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: SECSH 015/2017

Título do projeto: *Medidas de promoção e proteção: Estudo da perceção das medidas e da resiliência dos pais biológicos*

Investigador(a) responsável: Ana Maria Tomás de Almeida, Instituto de Educação, Universidade do Minho (orientadora)

Outros investigadores: Sara Filipa Matos Dias, mestranda em Estudos da Criança – Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

Subunidade orgânica: Instituto de Educação, Universidade do Minho

PARECER

A Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) analisou o processo relativo ao projeto intitulado “*Medidas de promoção e proteção: Estudo da perceção das medidas e da resiliência dos pais biológicos*”.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a SECSH nada tem a opor à realização do projeto.

Braga, 11 de julho de 2017.

O Presidente

Digitally signed by PAULO MANUEL
PINTO PEREIRA ALMEIDA MACHADO
Date: 2017.07.24 09:08:07 +01:00

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado